
--- No dia trinta de abril de dois mil e vinte e seis, pelas dezanove horas e quarenta minutos, reuniu no Palácio dos Marquês da Praia e de Monforte, cidade de Loures, a Assembleia Municipal de Loures, presidida pela deputada municipal Susana de Fátima Carvalho Amador, com a presença dos seguintes deputados municipais: -----

PS - Partido Socialista-----

Susana de Fátima Carvalho Amador -----

Daniel Vitorino Bernardo Lima -----

Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo -----

Carla Sofia do Carmo Pires -----

João António Leal Cruz Franco -----

Algmar Welker Branco Salomão -----

Eunice Filipa Alexandra Camilo Ramos Proença -----

Inês Falcão da Costa Morgado -----

Isabel Cristina Carapeta Gomes -----

João Filipe de Jesus Pinto-----

Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão -----

João Paulo Afonso Barandas -----

Joaquim Manuel Brás dos Reis -----

José Júlio Ferreira Falcão Ribeiro -----

Hélio António Magalhães Gonçalves dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas) -----

Eugénio Alexandre Ratinho de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Loures)-----

Renato Joaquim Alves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação)-----

Tiago Filipe Vaz Batista (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela) -----

Francisco António Gravito Ribeiro (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho) -----

Cláudia Rute Ferreira dos Santos Leitão (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela)

Jorge Daniel Sousa Moreira da Silva (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas) -----

CH - Chega -----

Luís Filipe Pereira Direitinho -----

Aquilino José Marques Ventura -----

António José Mendes Firmino -----

Inês Carvalho dos Santos -----

Duarte Miguel Monge Correia -----

Luís António Gomes Rainho -----

Marco José Dias Raimundo -----

Sónia Alexandra Canova Magalhães Coelho Coimbra Arêde -----

PPD/Partido Social Democrata -----

Jorge Manuel Lopes Antunes -----

Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel -----

Sara Raquel Bordalo Gonçalves -----

Armando Manuel Pedroso Militão -----

João Maurício Pereira -----

Lino Manuel Gomes Franco (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa)-----

CDU – Coligação Democrática Unitária-----

Tânia Cristina Mateus Costa -----

Maria de Fátima Amaral -----

Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade -----

Élio Alexandre Capricha Matias -----

Jorge Manuel Duarte Simões (Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões) -----

José Júlio dos Santos Pinto (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal) -----

BE - Bloco de Esquerda -----

Rita Lage Sarrico -----

IL – Iniciativa Liberal -----

Tiago Filipe Jorge da Silva -----

--- Concluída a chamada, com a presença de 43 deputados municipais e verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a reunião.

----- **PERÍODO PRÉVIO** -----

- No início da sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento que a sessão estava a ser gravada e transmitida em direto pelo canal *Youtube* da Câmara Municipal de Loures. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, deu igualmente conhecimento a todos os deputados municipais que foi disponibilizada na plataforma da respetiva Ordem do Dia da sessão da Assembleia Municipal, a correspondência recebida desde vinte e seis de março de dois mil e vinte e seis até vinte e nove de abril de dois mil e vinte e seis, cuja listagem foi facultada a todos os deputados municipais e disponibilizada na plataforma da respetiva Ordem do Dia da sessão. -----

- Tomaram posse perante a Assembleia Municipal: -----

- Sónia Alexandra Canova de Magalhães Coelho Coimbra Arêde, em substituição da deputada municipal do CH, Sandra Maria Cardoso Mota Pastor. -----

- Francisco António Gravito Ribeiro, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho. -----

- Cláudia Rute Ferreira dos Santos Leitão, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela. -----

- De imediato passou-se à aprovação das seguintes atas: -----

- **Aprovação da ata n.º 7 (Sessão realizada em 22.01.2026)** - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 35 PRESENÇAS. -----

- **Aprovação da ata n.º 8 (Sessão realizada em 29.01.2026)** - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO – 35 PRESENÇAS. -----

- Terminado o “Período Prévio”, deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”.- -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, informou que deram entrada na Mesa, seis documentos para admissão:-----

1. Voto de Pesar pelo falecimento de José Santa-Bárbara, apresentado pela CDU; -

2. Voto de Saudação pelo 52.º aniversário da Revolução do 25 de abril de 1974, apresentado pelo BE; -----
3. Saudação intitulada “Nos 52 anos da Revolução de Abril comemorar os 52 do primeiro 1.º de maio em Liberdade”, apresentada pela CDU; -----
4. Saudação intitulada “50 Anos da Constituição da República Portuguesa e das Primeiras Eleições Autárquicas Democráticas (1976-2026)”, apresentada pela CDU; -----
5. Saudação intitulada “Constituição da República-Poder Local Democrático -1º Maio”, apresentada pelo PS;-----
6. Saudação intitulado “Parabéns Catujalense”, apresentado pelo PS. -----

- Todos os documentos foram todos admitidos por unanimidade, passando-se à apresentação, discussão e votação dos mesmos. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), apresentou um **Voto de Pesar pelo falecimento de José Santa-Bárbara**. (Doc. 1) -----

- Não se verificaram intervenções sobre o assunto. -----

- **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 36 PRESENCAS. FOI CUMPRIDO UM MINUTO DE SILÊNCIO EM MEMÓRIA DO FALECIDO.** -----

- Rita Lage Sarrico (BE), apresentou um **Voto de Saudação pelo 52.º aniversário da Revolução do 25 de abril de 1974**. (Doc. 2) -----

- Não se verificaram intervenções sobre o documento. -----

- **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR (16 PS, 6 CDU, BE E IL), 6 ABSTENÇÕES DO PPD/PSD E 8 VOTOS CONTRA DO CH - 38 PRESENCAS.** -----

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto: -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (Chega), informou que entregaria uma declaração de voto por escrito. Até ao momento de elaboração da presente ata a mesma não foi rececionada.-----

- João Maurício Pereira (PPD/PSD), proferiu uma declaração de voto que foi entregue por escrito, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 7) -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), apresentou uma **Saudação intitulada “Nos 52 anos da Revolução de Abril comemorar os 52 do primeiro 1º Maio em Liberdade”**. (Doc. 3) ----

- No uso da palavra, o deputado municipal Luís Filipe Pereira Direitinho (Chega), referiu que seriam feitos alguns comentários relativamente ao documento apresentado pela CDU e que, naturalmente e sem prejuízo do reconhecimento da importância histórica quer do 25 de Abril quer do 1.º de Maio, enquanto marcos relevantes da vida democrática nacional, não iriam, desde já, acompanhar aquela saudação, uma vez que a mesma extravasava largamente esse consenso e assumia um carácter marcadamente ideológico e partidário. -----

Acrescentou que o texto não se limitava a assinalar datas históricas ou a promover a participação cívica, procurando antes uma leitura unilateral da história e instrumentalizando as referidas datas como veículos de propaganda política de matriz comunista, sindicalista e revolucionária, que não representava a diversidade de opiniões e sensibilidades existentes na sociedade portuguesa.-----

Referiu ainda que, em momento algum do documento, era feita referência aos empregadores, trabalhadores independentes, pequenas e médias empresas, o que confirmava, na sua perspetiva, a visão redutora e ultrapassada que a CDU tinha das relações laborais.-----

Foi também mencionado que, no parágrafo, onde se lia a dinamização do setor produtivo, esses objetivos seriam impossíveis de atingir caso a sua discussão não envolvesse todos os intervenientes da sociedade civil. Caso contrário, não seria possível, defendendo que deveriam ser deixadas de lado visões ideológicas ultrapassadas que tinham contribuído para o atraso do país. -----

Por fim, afirmou que o Partido Chega defendia, de facto, a valorização do trabalho, salários dignos e condições justas, mas entendia que isso só seria possível com uma economia forte, com empresas competitivas, por exemplo, através da redução da burocracia e trabalhadores motivados, nomeadamente com a diminuição da carga fiscal sobre os rendimentos. Concluiu, que, por essas razões, iriam votar contra aquela moção. -----

- Não se tendo verificado mais intervenções e passou-se à votação do documento. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR (19 PS, 6 CDU E BE) E 15 VOTOS CONTRA (8 CH, 6 PPD/PSD E IL) - 41 PRESENÇAS** -----

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto: -----

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), proferiu uma declaração de voto que foi entregue por escrito, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 8)-----

- Duarte Miguel Monge Correia (Chega): *Face ao voto de saudação apresentado pela bancada da CDU, queremos deixar clara a nossa posição. O 25 de Abril não é propriedade exclusiva da esquerda, pertence ao povo português e à história de Portugal. Não aceitamos que seja transformado ano após ano, numa liturgia ideológica que esconde a verdade incómoda do que se seguiu. É facto que o 25 de Abril derrubou um regime autoritário e abriu caminho para a liberdade. Mas a história não se resume ao símbolo dos Cravos. Após Abril, seguiu-se um período de radicalização, com ocupações, nacionalizações forçadas, perseguições políticas e uma tentativa clara de impor um rumo revolucionário que ameaçava o pluralismo e a própria liberdade que os arautos da democracia defendem acerrimamente, muitos portugueses perderam bens, empresas, terras e dignidade nesse processo. Essas injustiças não podem ser varridas para debaixo do tapete em nome de uma comemoração anual. Esses portugueses não são notas de rodapé da história, são vítimas de uma radicalização que só o 25 de Novembro conseguiu travar.* -----

Foi o 25 de Novembro que salvou Portugal do abismo revolucionário, que devolveu a soberania ao povo e permitiu a construção de uma verdadeira democracia. Uma democracia madura não teme olhar de frente para o seu passado, incluindo os excessos revolucionários e as marcas ideológicas que ainda hoje condicionam a Constituição. Não viemos aqui dizer que antes estava tudo bem porque não estava. Viemos dizer que nem tudo ficou bem depois. Posto isto, perante o referido voto de saudação, a nossa posição é clara, assinalamos o 25 de Abril, mas celebramos sempre o 25 de Novembro, não vamos participar em liturgias vazias. Viva a liberdade. Viva o 25 de Novembro, viva Portugal.-----

- A Presidente da Assembleia Municipal, recordou que uma declaração de voto constituía uma explicação sumária, não sendo uma intervenção e não devendo ultrapassar os dois minutos. Acrescentou que não se destinava a nenhuma bancada em particular, mas a todas, uma vez que normalmente todas acabavam por usar a declaração de voto para fazer uma intervenção e, assim, contornar os tempos regimentais. -----

Solicitou que se cumprisse o Regimento, garantindo que a Mesa estaria atenta, com a flexibilidade que lhe era reconhecida, mas sublinhando que essa flexibilidade não poderia ser excessiva nem desrespeitar o Regimento. -----

- João António Leal Cruz Franco (PS): *O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta apresentada porque se revê na proposta de deliberação apresentada pelo Grupo da CDU, embora não encontre pontos de contato com muitos dos considerandos apresentados.* -----

No global e aquilo que se vota é a resolução, e com essa proposta o Partido Socialista está de acordo, pelo votou favoravelmente a moção apresentada. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), fez uma exposição à Mesa e que qualquer deputado municipal poderia fazer uma declaração de voto autónoma, independentemente da bancada, não sendo essa a questão em causa.-----

Referiu que o ponto essencial residia no facto de a declaração de voto ter de se centrar no ponto em discussão. Apesar da saudação apresentada pela CDU fazer referência ao 25 de Abril, deu nota que a mesma ia buscar a essa data a razão da comemoração do 1º de Maio da Liberdade. -----

Concluiu que a declaração de voto apresentada pelo senhor deputado municipal se destinava, na verdade, à saudação do 25 de Abril.-----

- Presidente da Assembleia Municipal, mencionou que os temas eram complementares, embora sequenciais no caso da bancada. A sua preocupação era mesmo o cumprimento da figura regimental em não fazer intervenções.-----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), apresentou uma **Saudação intitulada “50 Anos da Constituição da República Portuguesa e das Primeiras Eleições Autárquicas Democráticas (1976-2026)”**. (Doc. 4) -----

- Não se verificaram intervenções sobre o documento. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 28 VOTOS A FAVOR (21 PS, 6 CDU E BE), 1 ABSTENÇÃO DA IL E 14 VOTOS CONTRA (8 CH E 6 PPD/PSD) - 43 PRESENÇAS.** -----

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto: -----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), proferiu uma declaração de voto que foi entregue por escrito, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 9)-----

- João António Leal Cruz Franco (PS): *O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta, louvando-se na declaração de voto anteriormente produzida.* -----

- Eunice Filipa Alexandra Camilo Ramos Proença (PS), apresentou uma **Saudação intitulada “Constituição da República - Poder Local Democrático - 1º de Maio”**. (Doc. 5) -----

- Sobre o documento intervieram: -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (Chega), adiantou desde logo que o sentido de voto seria contra, uma vez que se considerava tratar-se de um documento carregado de ideologia, nomeadamente de natureza partidária. -----

Foi referido que, tal como já havia sido mencionado no hemiciclo, o 1.º de Maio deveria constituir um momento de reconhecimento de todos os trabalhadores, e não um instrumento de promoção política nem de legitimação de centrais sindicais que não representavam a totalidade do mundo laboral. -----

Relativamente à Constituição, afirmou que era amplamente conhecido o posicionamento do Chega sobre essa matéria, defendendo que a Constituição não deveria ser considerada um texto intocável. Argumentou que, se assim fosse, a própria Constituição não preveria mecanismos de revisão constitucional. Nesse sentido, sustentou que deveria haver uma discussão séria sobre o tema e que se impunha uma revisão constitucional ajustada às novas exigências e aos desafios atuais de Portugal, bem como preparada para o presente e para o futuro. -----

Acrescentou ainda que as dificuldades dos trabalhadores, referidas na saudação, resultavam de políticas públicas falhadas, de elevadas cargas fiscais e da perda de poder de compra, responsabilidades atribuídas aos principais partidos que governaram o país nos últimos cinquenta anos. -----

Concluiu que, por essas razões, o sentido de voto seria contra o documento. -----

- João António Leal Cruz Franco (PS), disse em primeiro lugar, que a revisão constitucional não constituiu, de forma alguma, uma matéria tabu. Referiu que o próprio normativo constitucional estabelecia os termos em que essa revisão deveria ocorrer e que, desde que os respetivos limites fossem respeitados, todos assumiam e respeitavam tal processo. -----

Esclareceu que o que estava em causa não era colocar em causa a revisão constitucional, mas antes defender que, a realizar-se essa revisão, deveria manter-se intocável um elemento essencial da Constituição, entendido como um elemento histórico fundamentador do presente e do futuro. Sustentou que a Constituição da República deveria continuar a ser um dos textos mais progressivos da Europa, recordando que, na sua intervenção no 25 de Abril, já tinham sido identificados esses elementos essenciais,

destacando, entre os mais importantes, os direitos sociais, o direito à diferença, o princípio da igualdade e a defesa da vida.-----

Esclareceu que esses elementos foram determinantes em 1976 e continuavam a fazer a diferença, referindo ainda que, nos termos do artigo 9.º da Constituição, o Estado se encontra organizado em função da satisfação dos direitos sociais dos cidadãos, o que justificou a criação de estruturas como os Ministérios do Trabalho, da Saúde e da Segurança Social, entre outros, tendo toda a arquitetura do Estado Português sido desenhada a partir de 1976 com esse propósito.-----

Saudou as centrais sindicais, nomeadamente aquelas que contribuíram para a construção do movimento operário em Portugal e para a defesa dos trabalhadores após o 25 de Abril. -----

Por fim, referiu que, atualmente, verifica-se uma tendência para a negociação individual direta entre trabalhadores e empregadores, alertando que as gerações mais jovens poderão reconhecer, com o tempo, que esse não é o caminho, defendendo que o caminho deverá ser sempre o da negociação coletiva através dos sindicatos, sejam eles quais forem, a não ser que se pretenda regressar ao modelo dos sindicatos nacionais existentes antes do 25 de Abril, que dependiam de homologação governamental. -----

- Não se verificaram mais intervenções. -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 28 VOTOS A FAVOR (20 PS, 6 CDU, BE E IL), 6 ABSTENÇÕES DO PPD/PSD E 8 VOTOS CONTRA DO CH - 42 PRESENCAS -----

- Pela deputada municipal Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), foi proferida a seguinte declaração de voto: *Nós votámos favoravelmente este voto de saudação exclusivamente pelos elementos que constam resolutivos da sua saudação, tendo em conta que existem dimensões nos considerandos que nós não subscrevemos integralmente, naturalmente, mas não podemos deixar de saudar e de votar por aquilo que é essencial e, portanto, por isso votámos favoravelmente.*-----

- Isabel Cristina Carapeta Gomes (PS), apresentou uma **Saudação intitulada “Parabéns Catujalense”** dando nota que o Partido Socialista decidiu alterar o primeiro parágrafo, retirando a sua parte final e ficando o mesmo com o seguinte teor: «Os deputados do Partido Socialista felicitam a Sociedade Recreativa Catujalense pela elevação à 2ª divisão.» (Doc. 6) -----

- Não se tendo verificado pedidos de intervenção sobre o documento, passou-se à votação. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 42 PRESENCAS** ---

- Terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”, a Presidente da Assembleia Municipal deu início ao “Período de Intervenção do Público”. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

- Foi informado que havia cinco munícipes inscritos, tendo seis minutos para intervir cada um. -----

- Para o efeito, intervieram: -----

- Mário Jesus Lopes, mencionou que as suas primeiras palavras eram dedicadas ao impasse existente relativamente à reforma laboral, sublinhando que, naquele momento, ainda nada se sabia sobre o seu desfecho. Referiu que não havia entendimento entre o Governo, o patronato e os sindicatos, acrescentando que o Presidente da República já tinha declarado que dificilmente votaria a favor da proposta sem um acordo entre os intervenientes, o que demonstrava que o Presidente estava alinhado com a necessidade de consenso. -----

Assinalou também que vinte mil portugueses estavam sem rede de comunicações devido à tempestade e que, apesar disso, se estava a distribuir verba até 2034, numa altura em que, já estaria no poder outra gente. Chamou ainda a atenção para o facto de Ricardo Leão ter restabelecido ligações sem ajuda governamental. -----

Relativamente aos transportes, afirmou que, naquele dia, demorou sessenta minutos desde Moscavide para chegar ao local onde se encontravam, em Loures. Referiu que o fim de semana prolongado tinha trazido problemas e que a estrada nacional 250 era muito sinuosa, havendo nesse dia uma marcha lenta desde a Apelação até Loures. -----

Na área da saúde, disse que o Hospital Beatriz Ângelo continuava a “rebentar pelas costuras”. -----

Quanto à habitação e às estruturas escolares, afirmou que se ia fazendo alguma coisa, mas que era necessário agilizar processos, pois a burocracia era enorme e os apoios não chegavam a todo o lado. -----

Referiu que Portugal era o único país da Europa sem aviões para travar incêndios e defendeu que era preciso aumentar os níveis de segurança no concelho, afirmando que sair à noite era uma verdadeira aventura. Disse que, nas suas caminhadas andava pelo menos até às 22h30.-----

Lembrou também que aquela era a primeira Assembleia Municipal depois do 25 de Abril. Sublinhou a importância de figuras como Otelo Saraiva de Carvalho e, sobretudo, Salgueiro Maia, que, segundo ele, ainda não tinha recebido uma homenagem nacional e era digno de grande apreço, lamentando que a direita nunca homenageasse a esquerda. Disse que há muitos anos batalhava por essa homenagem, inclusive na internet, e que era fundamental conhecer quem tinha sido Salgueiro Maia, bem como outros militares do 25 de Abril, muitos deles já desaparecidos. Referiu ainda a relevância de figuras como Garcia dos Santos, o responsável pelas comunicações e pela montagem da aparelhagem que permitiu o sucesso da operação.-----

Afirmou não haver dúvida de que o concelho de Loures continuava em pleno desenvolvimento e que Ricardo Leão e a sua equipa tinham contribuído para isso. -----

- Ana Maria de Azevedo Moura Nunes, explicou que, em 5 de agosto de 2023, tinha escolhido Loures para viver, apesar de ser lisboeta. Acrescentou que tinha passado oito anos a viver em vários países, que era gestora de multinacionais e que a sua família residia em Mafra, tendo vivido quinze anos em Cascais. Referiu ainda que tinha trabalhado no Ministério dos Negócios Estrangeiros, entre outras instituições, e que era jurista, com formações nacionais e internacionais. Disse também que tinha colaborado com várias câmaras municipais, motivo pelo qual considerava possuir conhecimento suficiente sobre os assuntos que estava a abordar. Mencionou que tinha estudado no Colégio Moderno, mas que também tinha colaborado com o Professor Cavaco Silva em vários projetos, afirmando que trabalhar com entidades de direita ou de esquerda nunca lhe tinha colocado qualquer desafio, simplesmente porque tinha mais capacitação e grande capacidade de trabalho. -----

Relatou que, quando procurou um local para viver, percebeu pelas palavras do atual Presidente da Câmara, que Loures seria uma boa escolha. Disse ter estranhado que, em À-das-Lebres, tão perto de Lisboa, três moradias na mesma rua tivessem passado, em dois anos, de 900.000 euros para 600.000 euros, sem conseguirem ser vendidas, incluindo a que acabou por adquirir em 5 de agosto de 2024. Explicou que essa moradia tinha mais de 1000 m² e que se encontrava ilegal e irregular nas finanças, situação que teve de resolver, tal como a questão da eletricidade. Afirmou que, naquele momento, a autarquia recebia mil euros apenas da sua comparticipação, quando anteriormente recebia apenas cem euros, ao fim de mais de quarenta anos. -----

Afirmou que, em 2023, tinha solicitado à Câmara um pedido de informação para saber o que era possível construir em termos de edificação e de PDM, sabendo que esse é frequentemente alterado. Disse ter percebido que só poderia construir 40% do total e que existia uma limitação de volumetria, o que considerou adequado. No entanto,

explicou que esse pedido de maio só foi respondido depois de agosto de 2024, porque tinha sido emitido um pronto de pagamento.-----

Relatou que, dois dias após a compra, começou a perceber que a moradia lhe tinha sido vendida por um familiar do proprietário da moradia vizinha e que, na zona da União Lebrense, que é uma área pacata, com volumetria e características típicas, estavam a iniciar escavações. Explicou que possuía um rés-do-chão com 150 m², incluindo sala, salão e garagem, e que começou a surgir água no interior. Disse ter perguntado a várias pessoas e investigado na Câmara, percebendo que quem tinha adquirido o terreno ao lado tinha sido “muito esperto”, pois vendera-lhe a casa e ficara com o terreno contíguo para construir outra moradia, o que lhe retirava privacidade. -----

O terreno contíguo ficava junto ao pavilhão gimnodesportivo Engenheiro Adão Barata, atrás da União Lebrense, e que o proprietário da obra pertencia ao condomínio das Casas Fonte Velha. Disse não compreender como a água tinha entrado na sua casa, mas que todos sabiam que naquela zona passava um rio. Resumiu, dizendo que todas as entidades tinham recebido cartas registadas suas ao longo de dois anos. -----

Relatou que tinha pedido uma reunião com a arquiteta responsável, que lhe disse que aprovou o projeto pelo Google, e que, por isso, a volumetria não correspondia ao que estava no terreno. Convidou qualquer pessoa a verificar, pois as imagens de 2023 ainda estavam atualizadas e mostravam o muro exposto devido às escavações. Explicou que os veios de água tinham entrado na sua casa e que estava há dois anos a lidar com o problema. Acrescentou que tinha pedido a intervenção de um fiscal, que estava frequentemente de baixa, para verificar a obra, uma vez que tinha apresentado um pedido de informações.-----

Disse saber, entretanto, que a sua casa, ao nível do rés-do-chão e do primeiro andar, iria ficar soterrada devido à construção de uma piscina no terreno vizinho. Questionou-lhe qual seria a quota máxima a que podia elevar o seu muro, tendo recebido como resposta que isso seria avaliado apenas quando a obra estivesse concluída. Explicou que, no ano anterior, tinha conseguido uma vistoria do arquiteto, que lhe disse que tudo estava aprovado pela Câmara. Perguntou-lhe se tinha visto as rachas no muro e na casa, ao que o arquiteto respondeu que não podia entrar na propriedade, mas que quem fosse ao parque conseguia ver. Acrescentou que, no dia da tempestade Kristin, o dono da obra decidiu abrir uma vala ainda maior. -----

Afirmou que não estava a fazer julgamentos pessoais, mas que considerava inaceitável que uma arquiteta aprovasse um projeto pelo Google e que um fiscal afirmasse ter ido ao local sem sequer ter lido a carta enviada. Disse ainda que, na reunião, perguntou ao arquiteto se tinha visto que a casa estava a ficar soterrada e que existiam rachas no muro e na estrutura. Afirmou que deveria ter sido construído um muro de contenção, e não utilizado entulho, e que o veio de água natural tinha sido desviado. -----

Explicou que, legalmente, podia apontar várias irregularidades, mas que o essencial era que não tinha havido fiscalização adequada e que a casa vizinha tinha sido construída numa cota superior. Disse que sabia apenas que podia aumentar o seu muro, mas que continuava com água dentro de casa e com o muro rachado. Acrescentou que, no presente dia, tinham estado a tapar entulho com uma máquina e a colocar cimento sobre as sapatas, mas que o seu muro continuava exposto.-----

Referiu que tinha estado presente no evento de 24 de abril, no Pavilhão Paz e Amizade, que considerou de qualidade extraordinária, e que tinha ouvido o Presidente da Câmara afirmar que todas as forças do município trabalhavam diariamente para garantir direitos e liberdades. Mencionou que era isso que pedia e não queria favores. Explicou que, uma semana antes, o proprietário da obra lhe tinha enviado um orçamento de 16.500 euros para realizar obras de contenção, o que considerava absurdo, uma vez que a sua casa já existia e que era o novo proprietário, com aprovação da Câmara, que estava a causar os danos.-----

Disse que era um aviso, porque estavam previstas mais dezoito moradias atrás da sua, e que era necessário ter cuidado. -----

- Carlos Adelino da Silva, explicou que tentou inscrever-se através do portal da Assembleia Municipal, tendo acedido à opção “Inscreva-se aqui”, mas constatou que não era possível abrir o ficheiro nem completar a inscrição online. Acrescentou que, mais recentemente, ao ver uma publicação da Assembleia Municipal no *Facebook*, voltou a tentar inscrever-se, verificando novamente que o ficheiro disponibilizado apenas continha uma imagem, o que obrigava à impressão e entrega presencial do documento. Salientou que a informação disponibilizada era incorreta, uma vez que não permitia a inscrição online, obrigando os cidadãos a deslocarem-se fisicamente para entregar o formulário. Solicitou que os serviços corrigissem essa situação, de forma a evitar deslocações desnecessárias, sobretudo para quem reside longe.-----

Relativamente a uma situação ocorrida há alguns anos, aquando de uma intempérie na rua da Comissão, paralela à rua Comandante Ramiro Correia, explicou que a Proteção Civil demoliu um abrigo em pedra para remover terras que tinham invadido a estrada, mas que, até à data, não foi repostado qualquer abrigo. -----

Referiu que já havia contactado diversas vezes o Presidente da Junta de Freguesia de Camarate, Unhos e Apelação sobre esse problema, sublinhando a importância do abrigo, sobretudo para crianças que, pelas 6h30 da manhã, aguardam transporte para a escola sem qualquer proteção contra as condições climatéricas. Acrescentou que lhe foi transmitido que a reposição dependeria de uma verba da Câmara, que, tanto quanto sabe, poderá não ter sido transferida, o que explicaria a ausência de solução até ao momento.-----

Também mencionou uma situação semelhante na estrada nacional 250, no sentido Catujal–Apelação/Frielas, onde um abrigo em pedra foi destruído na sequência de um acidente e nunca foi reconstruído. Concluiu que, na perspetiva apresentada, existia falta de sensibilidade por parte da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia relativamente às condições dos utilizadores de transportes públicos, defendendo a necessidade de garantir melhores infraestruturas para os passageiros. -----

- António Carlos Pereira Patrício, em representação da Associação de Proprietários e Moradores do Bairro da Paradela, sublinhou que se tratavam de assuntos de grande importância para a população e para os quais solicitava a melhor atenção e uma resolução tão expedita quanto possível.-----

Começou por abordar a questão da segurança pública, afirmando que, infelizmente, a perceção de segurança no bairro tinha vindo a diminuir. Explicou que um dos motivos era o défice de patrulhamento, referindo que há vários anos deixara de se ver a circulação regular de patrulhas da PSP ou da Polícia Municipal, como acontecia no passado. Indicou que, normalmente, a justificação apresentada era a falta de meios, viaturas ou pessoal, o que impedia a resposta simultânea a diferentes ocorrências. Acrescentou que a situação se agravou com a ocupação de casas devolutas. Disse que a Associação tinha alertado a Junta de Freguesia, que por sua vez solicitou a intervenção e vistoria dos serviços camarários. A intervenção inicial foi bem-sucedida, mas recentemente voltou a ocorrer o arrombamento de uma dessas casas. Explicou que a proprietária, enquanto cabeça de casal da herança, não podia emparedar a porta porque o imóvel estava em processo de legalização e necessitava de acesso para o arquiteto e limitou-se, por isso, a substituir a porta. Disse que era necessária uma reação rápida das autoridades competentes sempre que os vizinhos alertassem para novas tentativas de ocupação, defendendo que a simples presença policial poderia dissuadir essas situações. -----

Passou depois às questões de saúde pública e ambiente. Referiu que a rua Augusto Dias da Silva, a via mais estrutural do bairro, concentrava vários problemas. Um deles era o depósito ilegal de resíduos de construção civil junto aos contentores. Explicou que as autoridades eram chamadas, removiam o entulho, mas esse voltava a ser depositado no mesmo local. Defendeu que era necessária uma ação decisiva sobre os infratores, pois essas práticas prejudicavam toda a população em termos ambientais e de saúde pública. Ainda no âmbito da saúde pública, mencionou que havia pragas de baratas na zona. Disse não saber se a origem estava nos esgotos ou no sistema sanitário, mas reconheceu que eram feitas operações regulares de desbaratização, embora considerasse que talvez devessem ser mais frequentes, dada a afetação de vários moradores. -----

Abordou também a segurança rodoviária, reconhecendo que tinha sido melhorada pela Junta de Freguesia, nomeadamente através da substituição da sinalização vertical degradada. No entanto, afirmou que a sinalização horizontal permanecia insuficiente, com passadeiras quase impercetíveis e a necessitar de repintura. Explicou que a rua Augusto Dias da Silva, devido à sua inclinação e ao elevado fluxo de viaturas, justificava a colocação de redutores de velocidade, já solicitados várias vezes nos últimos anos, mas ainda não instalados. -----

Referiu igualmente que, no cruzamento que liga à estrada em direção à Ramada, o estacionamento irregular impedia a circulação dos transportes coletivos. Disse que havia situações em que os autocarros ficavam parados mais de vinte minutos para conseguir manobrar, o que considerava intolerável para passageiros e motoristas. Alertou que, se nada fosse feito, aquilo que tinha sido uma boa notícia, o aumento das carreiras da Carris, poderia rapidamente ser revertido. -----

Afirmou concordar com o município anterior relativamente à necessidade de abrigos nas paragens, explicando que, apesar de haver mais paragens, faltavam estruturas de proteção para os utentes. Mencionou uma paragem em particular, que já tinha reportado fotograficamente. -----

Passou depois a contextualizar o Bairro da Paradela, explicando que se tratava de um bairro de génese ilegal, cuja construção começou nos anos 70 e que apenas no final dos anos 90 foi objeto de alvará. Disse que esse alvará previa que, dos 100.000 m² de áreas de cedência, cerca de 10.000 m² fossem destinados a um parque urbano, não podendo ter outro fim. Explicou que o processo passou por várias entidades, tais como o Ministério da Educação, Câmara Municipal, Assembleia Municipal, até chegar à Junta de Freguesia. -----

Referiu que o que a população pedia era simples: que fosse elaborado, com a maior brevidade possível, um projeto pelo urbanismo, pelo ambiente ou por ambos, que permitisse avaliar a alavancagem financeira necessária para avançar com o parque urbano. Disse que não pretendiam nada de luxo, apenas um parque polivalente, resiliente e de baixo custo, acrescentando que os moradores estavam disponíveis para colaborar. -----

- João Vladimir Soares Resa, agradeceu o facto da sua inscrição ter sido aceite após o prazo regimental, referindo que tinham ocorrido alguns problemas técnicos, mas que, ao aceitarem a sua participação, considerava que se estava a cumprir o espírito de Abril. Acrescentou, contudo, que quando a Câmara não lhe respondia nem por escrito nem presencialmente, isso já não correspondia ao cumprimento de Abril nem da Constituição. Recordou que, depois do que lhe tinha acontecido na sessão de 18 de dezembro, para si Abril era agora “o ano inteiro”. Referiu que o público não podia

intervir nas sessões solenes do 25 de Abril. Embora a Assembleia Municipal de Loures fosse a que mais tempo concedia ao público, no passado eram atribuídos dez minutos e que todos os partidos tinham votado para reduzir esse tempo para seis minutos. -----

Abordou a segurança rodoviária, mencionando que já tinha falado sobre a questão do MARL e que a Presidente tinha questionado a Câmara sobre o assunto. Afirmou que estava tudo registado em vídeo e que não se tratava de qualquer comentário político. Referiu que a segurança rodoviária em Santo Antão do Tojal era uma preocupação real e não uma questão partidária, lembrando que os acidentes mortais ocorridos naquela zona demonstravam o perigo existente. Mencionou um acidente particularmente grave no eixo de cintura, que envolveu três pessoas, duas das quais tinham falecido, sendo uma das viaturas pertencente a um trabalhador do MARL. Sublinhou que havia grande insegurança na zona, onde não existiam lombas, nem sequer nas estradas municipais, ao contrário do que se verificava na Portela. Considerou que o concelho avançava a ritmos diferentes, com desigualdades que não compreendia. -----

Disse que a Câmara parecia estar a beneficiar politicamente de obras que o Governo não tinha realizado. Disse que o Governo, durante o mandato de José Luís Carneiro, não tinha investido, nomeadamente na compra de viaturas para a PSP, e que ele próprio verificou contratos no valor de 50.000 euros, valores que, segundo afirmou, nunca tinham sido publicamente mencionados. Considerou que o município estava a fazer um esforço significativo para colmatar falhas do Governo, mas que não sabia durante quanto tempo poderia continuar a fazê-lo, temendo que alguns desses investimentos não viessem a ser ressarcidos. -----

Aproveitando o tema de Abril, referiu que a rua Marechal Carmona, em Santo Antão do Tojal, não fazia sentido numa terra democrática. Recordou que Carmona foi Presidente durante o Estado Novo, eleito com 100% dos votos, e que, por isso, o nome da rua devia ser alterado. Defendeu que até os jovens deviam ser levados a conhecer a história para compreenderem quem tinha sido o Marechal Carmona e o que representou. -----

Saudou o espetáculo do 25 de Abril realizado em Loures, afirmando que era o tipo de iniciativa que sempre desejou ver, com forte participação de voluntários. No entanto, lamentou não ter encontrado transmissão online do evento naquela noite e questionou se o espetáculo tinha sido gravado ou transmitido. Comparou com a atuação de Pedro Abrunhosa, transmitida online antes das eleições, que, segundo afirmou, tinha custado milhares de euros, enquanto agora, após as eleições, se dava voz aos voluntários, algo que, apesar da crítica implícita, disse saudar. -----

Disse ter ficado chocado com conteúdos produzidos pela Câmara sobre demolição de barracas, referindo que viu fotos e vídeos que mostravam essas demolições como se fossem propaganda ou obra municipal. Criticou também o uso de drones, dizendo não saber como funcionava a operação, mas considerando que a verdadeira coragem estava

em enfrentar o populismo que, na sua opinião, existia no concelho, e não em exhibir imagens de demolições. -----

Referiu ainda o protocolo com a Techari - Associação Nacional e Internacional Cigana, no valor de 170.000 euros, afirmando que, quando as pessoas falavam sobre o assunto, eram acusadas de preconceito. Disse que anteriormente se falava em valores de 95.000 ou 100.000 euros, alegadamente porque existiam fundos europeus, mas que agora, sem esses fundos, o município teria de suportar a totalidade dos 170.000 euros. Disse considerar que se tratava de um esforço significativo e que havia falta de transparência no processo. Questionou onde estavam os pais, professores e restantes apoiantes do protocolo, afirmando que nunca tinha conseguido ver qualquer informação clara sobre o mesmo. Concluiu dizendo que considerava o protocolo uma aberração e que não percebia onde estava a transparência.-----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos aos munícipes.-----

- O Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Jorge Colaço Leão, começou por agradecer, mais uma vez, as palavras e mensagens do senhor Mário Lopes, afirmando que era sempre um prazer ouvi-lo. Relativamente à munícipe Ana Forte, informou que o vereador Nuno Dias, responsável pela área em causa, daria as respetivas respostas. Garantiu que a legalidade era para ser cumprida por todos, sem exceção, e reiterou que naquela Assembleia se cumpriam direitos e deveres. Acrescentou que também ele aguardaria a resposta do vereador Nuno Dias e que, caso subsistisse alguma dúvida, seria disponibilizado o contacto necessário para um esclarecimento pessoal posterior. - Dirigindo-se ao munícipe Carlos Silva, agradeceu igualmente as questões colocadas e afirmou, de forma breve, que a Câmara não devia nada às Juntas de Freguesia, “zero”, e que, pelo contrário, até adiantava verbas a algumas delas. Afirmou que o município de Loures era exemplar no apoio às Juntas de Freguesia, considerando-as parceiros fundamentais na execução do trabalho para os munícipes, e que esse apoio era facilmente comprovável. -----

Sobre a questão dos abrigos na estrada nacional 250 e na rua Comandante Ramiro, reconheceu o acidente referido e explicou que a via em causa não era da responsabilidade do município, mas sim da IP - Infraestruturas de Portugal. Disse que só naquele dia tinha tomado conhecimento da situação e que já tinha dado orientações à diretora do Departamento de Obras Municipais para que o abrigo fosse colocado, assumindo essa decisão apesar de a via não ser municipal. -----

Relativamente à Rua Comandante Ramiro, explicou que os danos resultavam das intempéries de 2022/2023 e que o município estava a proceder à consolidação do

talude, após o que seria colocado um abrigo de forma segura. Informou que, no âmbito das verbas destinadas às intempéries, estava prevista a reposição e consolidação do talude, condição necessária antes da instalação do abrigo. Reforçou que não seriam colocados abrigos sem garantir a segurança das pessoas.-----

Quanto ao munícipe António Patrício, informou que a vereadora Paula Magalhães, responsável pela Polícia Municipal e pela questão dos entulhos ilegais, prestaria esclarecimentos, e que o vereador Nuno Dias daria informações sobre a desbaratização e o respetivo procedimento. -----

Nas áreas sob a sua responsabilidade, esclareceu que a criação de novas passadeiras era competência da Câmara, enquanto a pintura das passadeiras existentes competia às Juntas de Freguesia. Sobre os abrigos, explicou que já existia uma lista de locais identificados e que alguns estavam em fase de concurso público para reposição. Sublinhou que, em certos casos, não se tratava apenas de instalar o abrigo, mas também de realizar intervenções na zona envolvente, o que exigia mais tempo do que desejado, tanto para ele como para os munícipes. -----

Relativamente aos redutores de velocidade, informou que estava em curso um concurso para implementar medidas de limitação de velocidade, visando a proteção de viaturas e, sobretudo, de peões. Disse que estavam previstas intervenções na Paradela, nomeadamente na rua Augusto Dias da Silva. Propôs que a diretora do Departamento de Obras, presente na sessão, ficasse com o contacto do munícipe para lhe explicar diretamente as intervenções previstas, incluindo as alterações destinadas a melhorar a circulação dos transportes públicos. -----

Por fim, dirigiu-se ao munícipe João Resa, informando que, como habitualmente, lhe responderia por escrito. -----

- O Vereador Nuno Ricardo da Conceição Dias, começou por responder à questão colocada pelo senhor António Patrício, explicando que, relativamente ao parque urbano, existia de facto naquele local uma área inscrita para construção, que estava reservada na Carta Educativa. Esclareceu que nada podia ser intervencionado naquele espaço enquanto não fosse retirado desse instrumento, uma vez que quaisquer trâmites administrativos seriam ilegais. Informou que o município se tinha comprometido com a Junta de Freguesia, que manifestara vontade de elaborar um projeto para o parque urbano, e que, por isso, procedera à desafetação do equipamento na Carta Educativa e à proposta de entrega do espaço à Junta de Freguesia. -----

Acrescentou que existia ainda um problema relacionado com o registo do espaço, nomeadamente quanto à cedência do direito de superfície, mas que o projeto seria desenvolvido pela Junta de Freguesia, naturalmente acompanhado pela Câmara

Municipal, para garantir a concretização do parque urbano, considerado adequado e necessário para aquela zona central do bairro. -----

Sobre a questão das pragas urbanas, informou que tinha sido realizada uma campanha de desbaratização em março e que estavam previstas novas campanhas em junho e outubro. Assinalou, contudo, que o município se encontrava em fase de revisão dos procedimentos e que poderiam ser necessários novos mecanismos, dada a quantidade de queixas e reclamações recebidas. Explicou que, apesar das campanhas regulares e das intervenções pontuais contratadas para locais específicos, o Departamento do Ambiente passaria a contactar a Junta de Freguesia sempre que fossem realizadas ações, para que essa pudesse acompanhar o processo. Sublinhou que, por regra, as Juntas de Freguesia recebem as reclamações mais rapidamente, o que permite uma atuação mais eficaz. -----

Dirigindo-se à munícipe Ana Forte, esclareceu, que nenhum técnico municipal avaliava projetos através do Google, garantindo que isso não acontecia. Afirmou que os arquitetos e técnicos avaliavam os projetos em planta, como deve ser feito, e que a capacidade de edificação e construção dos lotes não era definida pela Câmara, mas sim pelas regras estabelecidas no PDM. Recordou que, tal como a munícipe tinha feito um pedido de informação prévia para saber o que podia construir, os restantes proprietários tinham acesso exatamente à mesma informação, que não variava consoante o requerente. -----

Informou que teve acesso às reclamações apresentadas pela munícipe e que já tinha sido esclarecida pelos serviços de que o acompanhamento de obra não correspondia a uma vistoria formal, sendo procedimentos distintos. Disse que a munícipe tinha sido aconselhada a apresentar uma reclamação formal para solicitar uma vistoria e que os serviços municipais já se tinham deslocado ao local, embora não tivessem conseguido entrar na habitação, uma vez que tal não era permitido. -----

Reforçou que o município pretendia cumprir a legalidade em todos os atos e que, perante conflitos entre privados, não atuava como juiz, mas como moderador. Informou que já tinha solicitado aos serviços a marcação de uma vistoria oficial, que envolveria técnicos diferentes dos que fazem o acompanhamento de obra, permitindo esclarecer litígios e fornecer documentação útil para eventuais processos entre particulares. -----

Concluiu dizendo que, caso a munícipe não se importasse, entraria posteriormente em contacto para se agendar uma reunião com os serviços e agilizar a vistoria, de acordo com o horário disponível. -----

- A Vereadora Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, dirigiu-se ao senhor António Patrício, cumprimentando-o e agradecendo as questões apresentadas. Relativamente à ocupação reiterada de habitações, informou que o município tinha sido reportado

através do Presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, senhor Jorge Silva, a quem agradeceu a estreita e preciosa colaboração. Agradeceu igualmente o contributo dos elementos da Associação de Moradores do Bairro da Paradela, que considerou fundamental para a resolução de várias problemáticas, incluindo algumas das que o município tinha referido. -----

Esclareceu que, relativamente às habitações em causa, o município tinha conhecimento de três imóveis devolutos, atualmente envolvidos num processo judicial de partilha de herança. Informou que esses imóveis tinham sido emparedados pelos próprios herdeiros, mas confirmou que uma das habitações tinha sido novamente vandalizada. Com acompanhamento da Polícia Municipal, verificou-se que, apesar do arrombamento, o espaço permanecia vazio e não estava ocupado por ninguém. Garantiu que a fiscalização era feita com particular atenção, precisamente para evitar ocupações indevidas. Acrescentou que, no mesmo bairro, existia um balneário devoluto que o município, em articulação com a Junta de Freguesia, tinha decidido demolir, precisamente para impedir ocupações irregulares semelhantes.-----

Sobre a limpeza e deposição ilegal de resíduos de construção e demolição (RCD), afirmou que lhe tinha sido reconfortante ouvir que, sempre que os resíduos eram depositados, os SIMAR e a Junta de Freguesia atuavam rapidamente para proceder à limpeza, algo que podia comprovar com fotografias. Explicou que a Polícia Municipal estava atenta, mas que não era possível manter agentes permanentemente num local à espera de flagrar infrações, que muitas vezes ocorriam sem possibilidade de documentação imediata. Garantiu que, quando as infrações eram documentadas ou presenciadas, as coimas aplicadas eram muito elevadas e tinham carácter dissuasor. ---

Esclareceu que, caso a Polícia Municipal estivesse presente no momento da infração, não seriam necessárias fotografias, pois o auto seria levantado de imediato. Contudo, se os munícipes dispusessem de fotografias que comprovassem a infração, essas seriam igualmente aceites e encaminhadas no processo.-----

Relativamente ao estacionamento ilícito, informou que tinha tomado conhecimento da situação naquele momento. Disse que, caso existissem viaturas estacionadas em segunda fila ou de forma irregular, marcaria uma reunião com o Presidente da Junta e que, em conjunto, se deslocariam ao local para avaliar a situação e encontrar uma solução. Sublinhou que a circulação viária era especialmente importante em bairros com vias estreitas e condicionadas, como o referido. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à questão colocada pelo senhor Carlos Silva, transmitiu que, sempre que existam dúvidas no preenchimento da ficha online ou por outra via, os munícipes recorram aos meios disponíveis, nomeadamente

o telefone, contactando o Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal, ou o correio eletrónico. -----

Relativamente ao funcionamento da ficha de inscrição online, explicou que esta apenas se encontra disponível a partir do momento em que é divulgado o edital até ao período de inscrição para a Assembleia Municipal, ou seja, durante os oito dias anteriores às reuniões ordinárias ou cinco dias no caso de reuniões extraordinárias. Após esse período, a ficha deixa de estar acessível, surgindo apenas uma nova ficha para quando a reunião seguinte é publicitada. Foi ainda referido que, caso a tentativa de inscrição seja feita fora desse prazo, a ficha não estará disponível, sendo necessário aguardar pelo período de inscrição da próxima Assembleia Municipal. -----

Assegurou que os serviços estão disponíveis para esclarecer dúvidas, bem como para melhorar e aperfeiçoar o sistema, sublinhando que o objetivo é facilitar a participação dos munícipes e que, sempre que possível, serão introduzidas medidas que promovam maior flexibilidade e simplificação, incluindo do ponto de vista informático. -----

- Terminado o “Período de Intervenção do Público”, deu-se início ao “Período da Ordem do Dia”. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PONTO UM -----

Proposta n.º 156/2026 – Celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências e colaboração para a realização de empreitada de beneficiação e reabilitação do edifício do Palácio da Justiça de Loures, a celebrar entre o Município de Loures e o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (Autorização nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. ----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal para apresentação da proposta.-----

- O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Jorge Colaço Leão, de forma sucinta, mencionou que o assunto se enquadrava numa visita realizada ao Tribunal de Loures, onde se constatou que as condições existentes eram indignas, tanto para quem utilizava o tribunal como para quem ali trabalhava. Nesse sentido, recordou a disponibilidade manifestada, na altura, para fazer parte da solução, à semelhança do que tem vindo a ser habitual. -----

Explicou que o protocolo e o contrato interadministrativo em causa resultavam dessa disponibilidade, envolvendo o Instituto de Gestão Financeira da Justiça. Com a aprovação do contrato, informou que seria lançado um concurso público, prevendo-se que a obra pudesse iniciar-se ainda no final do ano, nomeadamente em novembro, com conclusão estimada para fevereiro do ano seguinte. -----

Referiu que o montante da intervenção rondava meio milhão de euros, sendo suportado pelo poder central, tendo o município assumido o seu papel habitual de colaboração na resolução do problema.-----

Concluiu que o objetivo era repor a dignidade das condições para utilizadores e trabalhadores do tribunal, destacando a requalificação do sistema de climatização (AVAC), que não se encontrava a funcionar, bem como a realização de outras intervenções ao nível de pinturas e requalificação geral do edifício. -----

- Seguidamente intervieram os seguintes deputados municipais: -----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), afirmou que a CDU não tinha qualquer oposição à necessidade da obra em discussão, reconhecendo a importância da intervenção. Declarou que o partido mantinha algumas reflexões e críticas relativamente ao modelo adotado, uma vez que se começavam a acumular situações em que o município se substituíra às competências da administração central. -----

Explicou que, no caso concreto, a responsabilidade pela reabilitação e conservação do Tribunal de Loures cabia ao Ministério da Justiça e à administração central. Manifestou surpresa pelo facto de, no Orçamento do Estado, não existir espaço nem disponibilidade técnica para executar obras que eram da responsabilidade desse Ministério, lembrando que o Tribunal de Loures não servia apenas o concelho, mas era o maior tribunal de toda a comarca de Lisboa Norte, com um âmbito de intervenção muito alargado.-----

Sublinhou que, embora o município não fosse suportar financeiramente a obra, teria de disponibilizar técnicos e recursos humanos para o acompanhamento e fiscalização, o que implicaria uma sobrecarga adicional para as equipas municipais. Considerou preocupante que a Câmara Municipal de Loures tivesse de assumir tarefas que não eram da sua competência, sobretudo tendo em conta que os seus recursos humanos eram ainda mais limitados, do que os do Ministério da Justiça.-----

Acrescentou que essa transferência permanente de responsabilidades transformava as autarquias em “empreiteiros da administração central”, expressão que utilizou para ilustrar a situação. Sublinhou que os municípios também tinham meios limitados e que já se encontravam sobrecarregados. Questionou, inclusivamente, que investimentos municipais poderiam deixar de ser acompanhados ou executados devido à necessidade

de alocar técnicos a obras que não eram da responsabilidade da autarquia, lembrando que os recursos não eram infinitos e que havia sempre escolhas a fazer. -----
Recordou que, no orçamento para 2026, várias obras de reabilitação de escolas não tinham cabimento para iniciar nesse ano, apesar de serem necessárias. Assinalou que, apenas naquela sessão da Assembleia Municipal, estavam a ser iniciadas obras em três equipamentos que não eram da competência da Câmara Municipal. Reforçou que não estava em causa a necessidade das intervenções, mas sim o facto de serem responsabilidade da administração central, que deveria assumir tanto o investimento financeiro como a disponibilização de técnicos e meios humanos. -----
Afirmou ainda que o Governo transferia para as autarquias aquilo que não queria fazer, mas não transferia os meios adequados para que essas pudessem cumprir as suas próprias competências. Acrescentou que não havia qualquer referência a processos de descentralização ou regionalização, que poderiam enquadrar intervenções desse tipo. Defendeu que a regionalização eliminaria o vazio que atualmente era preenchido por contratos interadministrativos. -----
Afirmou que a CDU votaria a favor da intervenção, por reconhecer a sua importância, mas que não deixava de registar as suas observações e críticas ao modelo adotado, alertando para o risco de se continuar a tratar os municípios como executores de responsabilidades que pertenciam ao Estado, sobrecarregando recursos que já eram escassos na autarquia de Loures. -----

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), referiu que procuraria, na intervenção, englobar os pontos cinco e seis, por partilharem a mesma base e estrutura, ainda que correspondam a realidades distintas. -----
Considerou que a proposta analisada constituía um bom exemplo daquilo que deve ser a atuação das instituições públicas, assente na cooperação, responsabilidade e no foco no interesse das populações. -----
Explicou que se tratava de uma parceria entre o município de Loures e a FRJ, que permitia concretizar a reabilitação de vários equipamentos, assegurando melhores condições de funcionamento, maior segurança e mais dignidade para todos os que ali trabalhavam e recorriam aos serviços prestados. -----
Destacou que aquele modelo de colaboração interadministrativa demonstrava que, quando existe articulação entre a administração central e o poder local, é possível acelerar respostas, otimizar recursos e servir melhor os cidadãos. Sublinhou também que a intervenção era realizada com um enquadramento claro de responsabilidades e com o ressarcimento das despesas ao município, garantindo equilíbrio financeiro e transparência no processo. -----

Concluiu que esse era o tipo de parcerias que devia ser incentivado, por constituir uma solução pragmática que ultrapassa bloqueios e coloca o interesse público em primeiro lugar, reforçando a ideia de que governar também implica saber cooperar. -----

- João António Leal Cruz Franco (PS), saudou a celebração do contrato em causa. Anunciou que seria apresentada de seguida uma declaração de voto, a qual visaria responder às preocupações anteriormente expressas pelo grupo da CDU. -----

Manifestou alguma tristeza pelo facto da CDU, na perspetiva apresentada, continuar a não fazer uma análise dos resultados eleitorais recentes, repetindo a ideia de que existem obras da responsabilidade da administração central que são executadas pela administração local. Recordou que, segundo a experiência de quem exerce funções autárquicas há vários anos, existiu no passado uma lei de delimitação de investimentos entre a administração central e a administração local, a qual acabou por ser revogada. Acrescentou que, com a eliminação dessa lei, passou a ser possível uma maior cooperação entre os dois níveis de administração na resolução dos problemas dos cidadãos, enquadrando-se essa prática no princípio de que as decisões devem ser tomadas o mais próximo possível dos cidadãos.-----

Sugeriu que essa perspetiva ajudaria a explicar a posição anteriormente assumida pela CDU relativamente a determinados símbolos institucionais, associando-a à não aceitação de princípios do direito comunitário.-----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), disse que a intervenção do senhor eleito João Franco foi considerada divertida, manifestando respeito e consideração pela sua pessoa. Contudo, deu nota que a sua intervenção teria incidido sobre vários temas, incluindo referências a análise marxista-leninista, sem se focar no ponto concreto em discussão.

Referiu que a questão central não estava em causa quanto à necessidade da obra, mas sim quanto ao facto de saber por que razão os sucessivos governos da administração central, tanto do PS como da AD, não realizaram as obras no Tribunal de Loures.-----

Questionou também por que motivo essa responsabilidade, que pertence à administração central, estava a ser assumida pela autarquia, com recurso aos seus próprios meios humanos. -----

Sublinhou que o problema em análise não era a necessidade da intervenção, nem os casos em que o município se substituiu à administração central no passado, mas sim o modelo adotado, que foi considerado criticável. Acrescentou que era lamentável que os municípios tivessem de executar tarefas que competem ao estado central, mesmo em situações em que os mesmos partidos estavam simultaneamente no Governo e na Câmara Municipal, mas não conseguiam articular esforços para resolver o problema.---

Foi ainda referido que, na perspetiva apresentada, nem o Partido Socialista, enquanto esteve no Governo e na Câmara, conseguiu concretizar as obras, nem o PSD, apesar de defender a articulação de esforços, cumpriu essa responsabilidade.-----

Defendeu que a questão em causa dizia respeito ao cumprimento de deveres por parte do Estado, questionando onde estava a responsabilidade do Governo em executar aquilo que lhe compete.-----

Reiterou que, apesar de se reconhecer a importância da obra, era uma pena que a mesma estivesse a ser realizada com recurso aos meios da Câmara Municipal de Loures, uma vez que o tribunal não serve apenas o concelho, mas uma área mais vasta. Defendeu que o financiamento e a execução deveriam ser assegurados pelo Estado, inclusive através do Orçamento do Estado, cumprindo assim as suas obrigações.-----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para prestar esclarecimentos. -----

- O Presidente da Câmara Municipal de Loures, afirmou que os eleitos da CDU tinham governado o município durante oito anos, além dos vinte e dois anos anteriores em que também estiveram à frente da Câmara. Disse compreender que sentissem falta dos antigos cartazes que responsabilizavam sucessivamente diferentes entidades “A, B, C ou F”, mas considerou que, no passado, a CDU fazia política com a vida das pessoas, algo que classificou como denunciável. Acrescentou que esse tipo de “politiquice” não resolvia os problemas reais da população e afirmou que, ao contrário disso, o atual executivo poupava dinheiro, inclusive nas faixas e nas velas das vigílias que, segundo disse, eram promovidas anteriormente.-----

Dirigindo-se à deputada municipal Tânia Mateus, referiu-se à sua preocupação com os trabalhadores, lembrando que ela própria era trabalhadora da Câmara. Disse esperar que essa preocupação se mantivesse nesse âmbito, mas sublinhou que, na Assembleia Municipal, ela estava presente enquanto deputada municipal. Garantiu que, enquanto fosse Presidente da Câmara Municipal de Loures, a postura do executivo seria sempre a mesma, independentemente de o Governo ser A, B, C ou D, e independentemente do partido que estivesse no poder. Afirmou que, sempre que surgisse um problema que afetasse a vida das pessoas ou das instituições do concelho, o Presidente da Câmara estaria disponível para dar resposta e para ser parceiro na resolução. Acrescentou que, por muito que isso custasse a alguns, essa seria sempre a posição do executivo.-----

Recordou que o município já tinha assumido responsabilidades semelhantes no passado e que continuaria a fazê-lo. Explicou que, no caso concreto em discussão, a obra seria financiada pelo poder central e não pela Câmara. Mencionou outras intervenções, como as relativas à Autoridade Tributária, referindo que a repartição de finanças de Sacavém

tinha sido desmantelada por inércia da CDU durante oito anos e que agora era o atual executivo que teria de investir meio milhão de euros para garantir a sua manutenção. Acrescentou que a repartição de finanças que funcionava na Expo ou no Campus da Justiça era da responsabilidade do município e que, com a intervenção prevista, seria finalmente colocada no local onde sempre deveria ter estado, algo que, segundo afirmou, não tinha acontecido devido à postura da CDU ao longo dos anos. -----
Reiterou que não fazia “politiquice” com a vida das pessoas e que essa era a diferença fundamental. Afirmou que o concelho teria ainda muitas intervenções semelhantes, porque o executivo municipal seria sempre parceiro de todos os que quisessem contribuir para resolver os problemas da população. Concluiu dizendo que o município estava do lado da resolução e não do lado da estagnação ou da criação de obstáculos que prejudicassem a vida dos munícipes. -----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), afirmou, em primeiro lugar, que parecia existir alguma dificuldade em compreender as questões que estavam a ser colocadas. Esclareceu que não se estava a discutir se era ou não funcionário da Câmara, nem questões de natureza pessoal, mas sim uma matéria simples: a forma como se faz política com as pessoas. Acrescentou que essa prática podia assumir várias formas e que aquela situação era um exemplo disso, tal como outras formas de atuação política também eram atualmente alvo de críticas. -----

Considerou que teria sido muito relevante ver o executivo municipal juntar-se à população e exercer pressão sobre a administração central para que essa cumprisse as suas responsabilidades. Afirmou que tal teria sido desejável e possível, sublinhando que existiam várias formas de resolver problemas, mas que não se podia justificar permanentemente as opções tomadas com base nos mandatos anteriores de outras forças políticas. -----

Recordou que o atual executivo, além do mandato que exercia naquele momento, já tinha governado a Câmara Municipal de Loures durante doze anos, algo que, segundo afirmou, parecia ser frequentemente esquecido, uma vez que raramente se falava dessas responsabilidades e das opções tomadas nesse período. Sublinhou que o executivo não surgira “do zero” e que havia responsabilidades partilhadas. -----

Reiterou que a intervenção no Palácio da Justiça era importante, mas lamentou que tivesse de ser a Câmara a executá-la em vez da administração central. Afirmou que essa era a observação central da sua intervenção e questionou se tal comentário era incorreto. Perguntou diretamente se a responsabilidade pela obra era ou não da administração central, defendendo que estava apenas a enunciar um facto e que não dizia nenhuma mentira que justificasse tanta incomodidade. -----

Acrescentou que a decisão de assumir a intervenção era uma opção política do Partido Socialista e que existiam várias formas de resolver os problemas das pessoas, mas que algumas dessas formas não permitiam “ficar bem na fotografia”. Sugeriu que, por vezes, o que pesava na decisão era precisamente o impacto visual ou político associado à inauguração da obra.-----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), referiu não ser correto o que havia sido mencionado e que não se atribuía ao Senhor Presidente da Câmara qualquer intenção de ter uma intervenção de carácter intimidatório, uma vez que não se lhe reconheciam tais características. Contudo, foi considerado inadequado que, no âmbito da discussão, tivesse sido invocada a circunstância da deputada municipal ser funcionária da Câmara.

- O Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Jorge Colaço Leão, manifestou que estava cansado de insinuações, defendendo que se deveria passar à prática. Afirmou que, caso as senhoras deputadas municipais, em particular a senhora Tânia Mateus, entendessem que as suas afirmações tinham sido intimidatórias, deveriam apresentar uma queixa formal.-----

Sublinhou que o recurso a insinuações era inadequado, uma vez que essas deixavam situações em aberto, reiterando que, caso a CDU considerasse que existiu um comportamento intimidatório, deveria avançar com uma ação formal, permitindo assim a respetiva defesa. Acrescentou que não tolerava esse tipo de insinuações, afirmando não ter esse tipo de conduta, nem a intenção de a ter no futuro, mas encorajando que, perante a acusação feita, a mesma fosse formalizada.-----

Relativamente a outra questão, referiu que a CDU deveria manter coerência na sua posição, entendendo que, em caso de discordância, deveria votar contra. Considerou incoerente votar favoravelmente após manifestar discordância, defendendo que esse tipo de postura contribuía para uma perceção de incoerência política.-----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), afirmou que não tinha sido feita qualquer acusação nem insinuação dirigida ao senhor Presidente da Câmara, considerando, por isso, incorreto que a resposta tivesse incluído uma interpelação individual e um incentivo à apresentação de queixa caso se tivesse sentido melindrada, o que, esse sim, poderia assumir um carácter intimidatório.-----

Esclareceu que, em momento algum, tinha sido referido que se tivesse sentido intimidada, salientando que o próprio senhor Presidente se havia dirigido diretamente à interveniente ao responder. Referiu ainda que foi o senhor Presidente quem invocou a sua qualidade de funcionária municipal, sublinhando que tal condição não constitui impedimento para ser eleita para qualquer órgão nem para intervir.-----

Acrescentou que a questão dos papéis já tinha sido discutida anteriormente, tanto no âmbito da Assembleia como fora dela, pelo que não se justificava prolongar o tema. Concluiu, que não seria dado mais espaço a esse assunto, por não se considerar necessário nem merecedor de maior atenção, defendendo que, em determinados momentos, deveria haver uma reflexão prévia antes das intervenções. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), disse ser necessário que o senhor Presidente ouvisse com atenção o que tinha sido dito, reiterando que não tinha sido feita qualquer insinuação, uma vez que afirmou não recorrer a esse tipo de linguagem e preferir ir diretamente ao assunto. Foi esclarecido que não se afirmou que as palavras do senhor Presidente constituíssem uma insinuação, mas apenas que poderiam ser interpretadas dessa forma. Defendeu que o senhor Presidente não deveria referir aquele tipo de argumento no contexto de uma discussão direta com outro deputado municipal, tendo em conta a sua posição hierárquica, não devendo invocar essa condição.-----
Por fim, sublinhou que a intervenção não teve como objetivo prejudicar ou criticar o senhor Presidente, mas apenas salientar que esse tipo de referência não era adequado nem necessário para a discussão. -----

- O Presidente da Câmara Municipal de Loures, disse que a CDU tem de se habituar à existência da liberdade de expressão, porque é disso mesmo que se trata. O único reparo que fez é ao que foi dito pela deputada municipal Fátima Amaral, que interpretou como uma insinuação. Talvez tenha de refletir melhor sobre a forma como se expressa, porque a mensagem acabou por ficar no ar e suscetível a essa interpretação. Referiu que se há uma insinuação, então ela deve ser assumida de forma clara e concreta. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, mencionou que feitos os esclarecimentos sobre a liberdade de todos os eleitos, independentemente dos seus vínculos, iriam passar à votação do documento. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 43 PRESENÇAS.** --

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto:-----

Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), informou que entregaria uma declaração de voto por escrito, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 10)-----

- João António Leal Cruz Franco (PS): *O Partido Socialista votou favoravelmente este projeto de contrato interadministrativo celebrado entre o Município de Loures e o*

Ministério da Justiça, tendo como objeto a realização de obras no edifício do tribunal de Loures e no valor de 567.000,00 €, acrescida de IVA pela seguinte ordem de razões: -----

1.º - Perante a existência de uma necessidade sentida no Concelho de Loures o Município coloca-se voluntariamente na primeira linha para a solução do problema; -----

2.º - Mesmo que a competência para a solução do problema não seja camarária, o Município de Loures desenvolve as iniciativas necessárias para contratualizar com a administração central a solução da situação, mesmo que tal seja realizado pela Câmara Municipal de Loures. -----

Saudamos esta atitude proativa na solução dos problemas que constitui um modelo original de gestão do território, que esperamos, inspire a gestão de outros entes públicos locais. -----

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), informou que entregariam uma declaração de voto por escrito alusiva aos pontos um, cinco e seis, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 11)-----

----- PONTO DOIS -----

Proposta n.º 196/2026 – Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Loures, respeitantes ao ano económico de 2025 (Apreciação e votação nos termos da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º e no n.º 2 do artigo 27.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. -----

- No uso da palavra, o deputado municipal Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), referiu que os documentos de prestação de contas de 2025, que naquele momento eram analisados, representavam mais do que um exercício técnico ou contabilístico, sendo antes o retrato de um ciclo político e o culminar de um último ano de governação marcado por uma responsabilidade partilhada entre diversas forças políticas. Sublinhou que era precisamente essa dimensão que importava evidenciar. -----
Afirmou que aqueles resultados não eram apenas de um executivo, constituindo também o reflexo de um período em que, apesar das naturais diferenças políticas, tinha sido possível garantir estabilidade, previsibilidade e o regular funcionamento das instituições. -----

Do ponto de vista financeiro, destacou que existiam indicadores que mereciam e deviam ser reconhecidos. Ao nível da execução orçamental, assinalou uma elevada taxa de execução da receita e uma gestão de tesouraria que tinha permitido manter prazos de pagamento controlados, reforçando assim a credibilidade do município junto dos seus fornecedores e parceiros. -----

Foi igualmente salientada a validação externa desses resultados, através de uma certificação legal de contas com opinião favorável, o que reforçava a confiança na qualidade da informação financeira apresentada. Contudo, advertiu que uma análise séria e responsável não se fazia apenas de elogios. -----

Referiu a existência de sinais que deveriam merecer reflexão, nomeadamente uma execução da despesa na ordem dos 80%, que poderia traduzir prudência, mas também poderia indicar atrasos na concretização de investimentos relevantes para a população. Acrescentou ainda a dependência significativa de transferências da Administração Central, fator que continuava a limitar a autonomia financeira do município e a expô-lo a condicionantes externas.-----

Disse que a leitura daquele momento era, por isso, equilibrada. Reconheceu a existência de estabilidade financeira, capacidade de investimento e validação técnica da gestão, mas também a presença de desafios claros ao nível da execução, da sustentabilidade futura e da autonomia financeira. Defendeu que era precisamente nesse ponto que deveria assentar o posicionamento político: reconhecer o que tinha sido bem feito, sem deixar de assinalar o que poderia e deveria ser melhorado.-----

Sublinhou que governar não era apenas apresentar contas certas, mas também garantir que essas contas se traduziam, de forma efetiva e atempada, em melhores condições de vida para a população. -----

Concluiu que aquele tinha sido, em grande medida, um ano de continuidade e de responsabilidade partilhada, afirmando que o desafio seguinte passaria por transformar essa estabilidade em maior capacidade de execução, maior ambição e melhores resultados concretos no terreno. Essa era a exigência do PSD. -----

- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação. -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 27 VOTOS A FAVOR (21 PS E 6 PPD/PSD) E 15 ABSTENÇÕES (8 CH, 5 CDU, BE E IL) - 42 PRESENÇAS -----

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto: -----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), proferiu uma declaração de voto, que foi entregue por escrito, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 12)-----

- Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade (CDU), proferiu uma declaração de voto, que foi entregue por escrito, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 13)-----

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), proferiu uma declaração de voto, que foi entregue por escrito, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 14)-----

-----**PONTO TRÊS**-----

Proposta n.º 201/2026 – Deliberações do Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas, constantes nas Propostas n.ºs 119/2026 e 120/2026, relativas ao Relatório de Gestão e aos Documentos de Prestação de Contas dos SIMAR, do ano económico de 2025 (Apreciação e votação nos termos da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º e no n.º 2 do artigo 27.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. -----

- Sobre o assunto intervieram: -----

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), disse que os SIMAR apresentaram resultados positivos, ainda que com margens reduzidas. Colocou, por isso, uma questão central: está ou não em risco a necessidade de aumento de tarifas no curto prazo? -----

Verificou-se também que a execução dos investimentos ficou aquém do previsto. Compreendia que poderão existir razões para tal, mas importa que essas mesmas razões sejam devidamente esclarecidas. -----

Relativamente às perdas de água, uma área de enorme relevância para todos, disse que importa saber qual é, em concreto, a meta definida pela administração dos SIMAR e que medidas estão a ser implementadas para a sua redução. -----

No que diz respeito ao apagão, referiu que esse episódio expôs fragilidades no sistema. Questionou se o sistema atualmente estava preparado para responder a situações semelhantes ou se continuavam vulneráveis. -----

Por fim, referiu que o próprio relatório reconhece falhas na comunicação com os municípios. É uma área crítica, uma vez que muitos cidadãos enfrentam dificuldades no acesso à informação, ou acabam por receber informação incorreta. Há, portanto, uma falha evidente no processo de comunicação entre emissor e recetor. Questionou o que vai mudar em concreto nesse domínio, sobretudo tratando-se de um serviço essencial. Referiu que o PSD considera que deve existir um compromisso claro com aquelas matérias. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), referiu que o relatório apresentado deveria conter os dados totais dos SIMAR, mas considerou que, em vários indicadores, seria importante que a informação estivesse desagregada por município — Loures e Odivelas — para

permitir uma leitura mais rigorosa. Exemplificou com áreas como a água faturada e não faturada, as leituras efetuadas, as tarifas especiais, o aumento da rede de distribuição ou a redução da contentorização indiferenciada. -----

Referiu que, em 2025, tinham sido emitidas 2.146.966 faturas, suportadas em leituras reais e estimadas, mas constatou que os SIMAR apenas realizaram 618.429 leituras reais. Considerou que os documentos não apresentavam qualquer explicação sobre o que estava a ser feito para melhorar essa insuficiência, nem sobre o rácio correspondente. Sublinhou que as famílias continuavam a pagar com base em estimativas que tinham pouca correspondência com a realidade. Perguntou qual era o ponto de situação da substituição de contadores e quando avançaria a implementação de contadores inteligentes. -----

Relativamente aos resíduos, mencionou que os documentos não apresentavam qualquer análise sobre a prestação de serviços por privados, nem indicavam se esses serviços seriam mantidos, reduzidos ou eliminados. Questionou se se justificava continuar a contratar privados para a recolha de resíduos e se existia possibilidade de redução. Perguntou também que avaliação era feita à recolha efetuada pela Valorsul e se os dados apresentados incluíam ou não os serviços prestados por privados, questionando por que motivo não estavam desagregados. -----

Sobre os recursos humanos, afirmou que o número de trabalhadores era manifestamente insuficiente em várias áreas operacionais. Assinalou que, em 31 de dezembro, os SIMAR tinham apenas 884 trabalhadores, e possivelmente o número mais baixo dos últimos vinte anos.-----

Passando às contas, referiu que o resultado líquido de exploração de 2025, de 72.009,42 euros, era o mais baixo dos últimos três anos, representando menos 235.809 euros do que em 2024 e menos 182.313 euros do que em 2023. Considerou que essa redução estava em contraciclo com o crescimento dos rendimentos resultante do forte aumento tarifário implementado para 2025. Explicou que, devido ao aumento das tarifas, os rendimentos da água tinham crescido 1,1% e 1,4%, respetivamente, valores alinhados com a inflação, enquanto nos resíduos o crescimento tinha sido de 19,6%, correspondendo a mais 4.606.668 euros. -----

Considerou irónico que, apesar do esforço económico exigido aos utentes, os gastos tivessem aumentado de forma descontrolada, consumindo todo o acréscimo de rendimentos. Assinalou que a administração dos SIMAR justificava essa incongruência com o pagamento de uma indemnização judicial e perguntou que ação judicial era essa, que factos estavam em causa e que pagamento tinha sido efetuado. Disse que os documentos apenas referiam uma redução de 545.843 euros nas provisões para processos judiciais, que passaram de 1.211.000 euros para cerca de metade.-----

Afirmou que os SIMAR continuavam a registar crescimento no número de utentes, incluindo nas tarifas sociais e familiares, mantendo a tendência dos últimos anos. Contudo, considerou que, apesar da diminuição das capacidades económicas da população e das prerrogativas legais existentes, a administração dos SIMAR demonstrava relutância em aplicar o Decreto-Lei n.º 147/2017. -----

Destacou que os documentos indicavam um aumento de 1,7% na compra de água, mais 507.597 m³ e, simultaneamente, um aumento da água não faturada, que passou de 9.798.649 m³ em 2024 para 9.907.629 m³ em 2025, ou seja, quase 10 milhões de metros cúbicos perdidos. Considerou preocupante que, quanto mais água se comprava, mais água se perdia. -----

Referiu que o número de reclamações tinha aumentado para 1.430, mais 8% do que em 2024, mas considerou que esse número era insuficiente face à degradação do serviço notada pelos utentes. Defendeu que seria necessária uma maior estratificação das reclamações por freguesia, município e assunto. -----

Sobre os reservatórios de água, afirmou que os SIMAR detinham uma das maiores redes do país, com mais de 70 reservatórios e capacidade total de cerca de 80.000 m³. Contudo, apenas sete reservatórios, 7,7%, tinham sido lavados, num total de 5.400 m³. Considerou que, a esse ritmo, o ciclo de lavagem seria de 13 anos, o que considerou insuficiente. -----

Referiu também que o relatório destacava várias campanhas de imagem e ações de marketing, internas e externas, sobre as quais não tinha comentários a fazer. Contudo, chamou a atenção para a diminuição de 33% nos pedidos de adesão ao RDARI - Regulamento de Descarga de Águas Residuais Industriais e de 48% nas autorizações de descarga de águas residuais industriais, pedindo explicações e esclarecimentos sobre o acompanhamento e as diligências em curso. -----

Mencionou também que não havia informação sobre a melhoria da disciplina de contentorização e recolha de resíduos, continuando a verificar-se proliferação de sistemas e tipologias de contentores e de viaturas. Perguntou o que estava a ser feito para racionalizar sistemas e melhorar a eficiência das recolhas. -----

Sobre a dívida vencida, de 27.085.370 euros, perguntou qual era a dívida das Juntas de Freguesia com mais de seis meses e como estava distribuída. Questionou também o aumento de 4,7% da dívida vencida das autarquias e de 12,8% da dívida vencida na prestação de serviços, pedindo esclarecimentos sobre a sua constituição. -----

Relativamente às receitas, deu nota que a venda de água tinha diminuído 7,7%, de 39.450.456 euros em 2024 para 36.419.232 euros em 2025, e pediu explicações para essa redução. Notou que as receitas de águas residuais e de recolha de resíduos tinham aumentado, em linha com o tarifário, mas que a rubrica “outras vendas” tinha diminuído 10,3%, apesar do aumento das tarifas de serviços complementares. -----

Assinalou ainda que as despesas com aquisição de água tinham diminuído 7,6% e as despesas de tratamento de águas residuais também tinham baixado, apesar de se ter comprado mais água, pedindo esclarecimentos sobre essa aparente contradição.-----
Por fim, expressou apreço pelo trabalho diário dos trabalhadores dos SIMAR, realizado muitas vezes em condições de risco, penosidade e insalubridade, e lamentou que continuassem a receber salários baixos devido à persistente desvalorização do trabalho por parte de sucessivos governos. Afirmou que a CDU estaria sempre ao lado dos trabalhadores, porque essa era também a sua condição. -----

- O Vereador Nuno Ricardo Conceição Dias, disse que tentaria responder a todas as questões colocadas e que, relativamente às que não conseguisse esclarecer de imediato, o faria posteriormente por escrito, sobretudo no que dizia respeito a matérias técnicas de natureza orçamental, cujos elementos não tinha consigo naquele momento. Assinalou, contudo, que havia duas ou três notas importantes que mereciam destaque. Relativamente aos resultados positivos obtidos pelos SIMAR, explicou que a prestação de contas não podia ser analisada isoladamente, mas sim à luz do trabalho desenvolvido ao longo do mandato, culminando no fecho do exercício de 2025. Sublinhou que esse fecho refletia uma alteração profunda de paradigma. -----

Dirigindo-se à deputada municipal Fátima Amaral, afirmou que, embora o resultado líquido positivo daquele ano fosse mais reduzido do que no ano anterior, era preferível apresentar um resultado positivo, ainda que baixo, do que um resultado negativo significativo, como aconteceu no passado, quando o município registou um prejuízo de 5 milhões de euros. -----

Acrescentou que, quando o executivo assumiu funções, existia um acumulado negativo de 11,8 milhões de euros, situação que considerou relevante para contextualizar os resultados atuais. Reforçou que a melhoria financeira não se devia à falta de investimento nos SIMAR, recordando que, em oito anos, tinham sido adquiridas apenas seis viaturas em regime de ALD – Aluguer de Longa Duração, muitas das quais já não funcionavam adequadamente, enquanto no mandato atual tinham sido adquiridas vinte e seis viaturas, renovando de forma substancial a frota de resíduos. -----

Respondendo às questões sobre tarifas e resultados, afirmou que nunca foi prática do município alterar tarifários a meio do ano para compensar dificuldades financeiras. Explicou que as alterações tarifárias eram sempre aprovadas para vigorar no início do ano civil e que o tarifário já se encontrava aprovado. Recordou que, na última reunião da Assembleia Municipal, quando foi aprovado o orçamento dos SIMAR, tinha informado que a alteração da tarifa da Valorsul, decidida posteriormente aos documentos provisionais, implicou um prejuízo direto de 2,5 milhões de euros logo no início do ano. -----

Sublinhou que não era possível dissociar os resultados financeiros do forte aumento das tarifas da TGR, da Valorsul e da EPAL. Exemplificou que a tarifa da Valorsul tinha passado de 46 euros em 2024 para 57 euros em 2025, estando já prevista para mais de 70 euros no ano seguinte. Considerou impossível que os SIMAR absorvessem internamente aumentos dessa dimensão. -----

Recordou que, no ano anterior, não tinha sido aumentado o preço da água, mas que foi necessário iniciar uma adaptação ao Regulamento de Gestão de Resíduos imposto pela ERSAR, que no ano seguinte deixaria de ser facultativa e passaria a obrigatória. Explicou que o ajustamento tarifário foi feito de forma progressiva para evitar um impacto excessivo num único ano. -----

Sobre a água não faturada, esclareceu que, embora os valores absolutos em metros cúbicos fossem elevados, a percentagem tinha diminuído, ainda que de forma residual, em 0,1%. Reconheceu que havia ainda muito trabalho a fazer nessa área e informou que os serviços intermunicipalizados estavam a preparar uma proposta de projetos estruturantes para remodelação de redes, dando continuidade aos investimentos realizados no mandato anterior. -----

Referiu também que os SIMAR enfrentavam dificuldades significativas, uma vez que dependiam essencialmente da prestação de serviços obrigatórios. Destacou o aumento expressivo dos resíduos recicláveis, sobretudo nos biorresíduos, nos Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE), nos monos e nos volumosos, e assinalou que, no âmbito do protocolo com as juntas de freguesia, a recolha desses materiais tinha aumentado cerca de 17%. -----

Relativamente à ação judicial mencionada, explicou que se tratava de um processo relacionado com taxas de ligação a esgotos, que o município tinha perdido em todas as instâncias, incluindo as superiores. Disse que, sendo pessoas de bem, tinham cumprido a decisão judicial, o que justificava a redução das provisões, uma vez que os valores anteriormente reservados para esse fim tinham sido utilizados. -----

Esclareceu ainda que as juntas de freguesia não tinham dívidas atuais, uma vez que as que tinham dívidas estavam abrangidas por acordos de pagamento, não sendo por isso consideradas devedoras. A única situação pendente dizia respeito ao atraso do município de Odivelas na conclusão do levantamento exaustivo das zonas verdes, trabalho que Loures já tinha realizado de forma célere. Informou que, segundo as informações recolhidas, Odivelas estaria prestes a concluir esse levantamento, o que permitiria regularizar a execução financeira associada. -----

Afirmou que fizeram um trabalho de estabilização durante quatro anos e que deu frutos. Cumprimentou e agradeceu muito particularmente todos aqueles que nos SIMAR, o Conselho de Administração, técnicos superiores, assistentes técnicos, assistentes

operacionais, todos os que trabalham diariamente para dar solvabilidade financeira também aos SIMAR e que trabalham com o espírito do serviço público.-----

- Armando Manuel Pedroso Militão (PPD/PSD), realçou um aspeto da intervenção do senhor Vereador Nuno Dias, em que a dado momento, foi referido que, quando foi fixada a tarifa dos resíduos pela Valorsul, os SIMAR partiram com um défice de cerca de dois milhões de euros. -----

Sendo assim, é importante que fique claro e que todos os presentes tenham pleno conhecimento dessa realidade: aquele problema não nasceu de uma ineficiência dos sistemas, mas sim, de uma decisão da entidade reguladora. A ERSAR tinha um calendário definido para o estudo das tarifas, que previa a audição dos sistemas e a respetiva pronúncia sobre os valores propostos. Mais importante ainda, esse calendário permitia que a decisão final fosse tomada antes da elaboração dos orçamentos, quer das empresas, quer dos serviços intermunicipalizados e quer das próprias câmaras municipais. O que aconteceu, porém, foi o contrário, a ERSAR alterou esse calendário e tomou a decisão no final do ano, quando os orçamentos já estavam elaborados e, em muitos casos, aprovados, conforme a lei obriga e é precisamente aí que nasce o problema. -----

Transmitiu que os sistemas acabaram por ser confrontados com uma realidade inesperada, ficando com um défice que não resultou da sua gestão, mas sim de uma imposição externa. Tinham orçamentos construídos com determinadas expectativas, e essas condições foram alteradas de forma abrupta e por isso, importava clarificar essa situação. -----

Disse ser fundamental que os municípios e os sistemas se unam e façam compreender à entidade reguladora que aquele tipo de atuação não podia repetir-se. Estavam perante uma entidade com um poder muito significativo e, muitas vezes, sem o devido controlo ou ponderação no impacto das suas decisões. O calendário anteriormente praticado era mais adequado, mais previsível e mais justo e devia, por isso, ser retomado. -----

Concluiu, referindo que essas situações fossem corrigidas, para que não continuem a prejudicar quer os municípios, quer os sistemas, nem comprometer a estabilidade financeira de serviços que são absolutamente essenciais. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), comentou que embora compreendesse a questão que foi colocada, reconhecendo a razão, importava sublinhar que o maior prejuízo que a entidade reguladora acaba por causar aos sistemas em baixa é a tentativa de definir e impor tarifários que, muitas vezes, são absolutamente inaceitáveis. Na perspetiva da CDU, esse é o principal problema.-----

- Armando Manuel Pedroso Militão (PPD/PSD), disse que não era possível viver no país pretendendo conciliar o “melhor de dois mundos”, sublinhando que essa contradição não era sustentável. Para ilustrar a ideia, deu o exemplo das especificações técnicas aprovadas pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, descrita como uma entidade com grande poder.-----

Referiu que as especificações relativas aos plásticos acarretam custos muito elevados, questionando quem acabaria por suportar esses encargos, e concluindo que seriam, inevitavelmente, os municípios.-----

Declarou sem hesitação, que tais medidas constituíam uma anormalidade. Explicou que, em termos de triagem, se exigia que trabalhadores separassem múltiplos tipos de plástico, cerca de cinco categorias, o que era considerado excessivo e desproporcionado. Defendia que quem tomou essas decisões devia ser responsabilizado pelos seus impactos.-----

- Não se tendo verificado mais intervenções, passou-se à votação -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR (20 PS E 6 PPD/PSD) E 15 ABSTENÇÕES (7 CH, 6 CDU, BE E IL) - 41 PRESENCAS -----

- Antes de dar a palavra aos deputados municipais para proferirem declarações de voto, a Presidente da Assembleia Municipal de Loures solicitou a prorrogação dos trabalhos por mais uma hora, até às 22h30, a qual foi aceite por unanimidade pelos/as presentes.-----

- Foram proferidas as seguintes declarações de voto: -----

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), informou que entregaria uma declaração de voto por escrito, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 15)-----

- Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo (PS), informou que entregaria uma declaração de voto por escrito, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 16)-----

----- PONTO QUATRO -----

Proposta n.º 216/2026 – Regulamento do Concurso Programa Menos Ruído (Deliberação ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. -----

- Sobre o assunto intervieram: -----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), primeiramente questionou se o regulamento em causa tinha sido previamente apresentado à Comissão de Ambiente, Energia e Mobilidade da Assembleia Municipal, antes da sua discussão em plenário. Reconheceu que não existe obrigatoriedade regimental nesse sentido, mas considerou que teria sido útil que o documento tivesse sido analisado e debatido nesse âmbito. -----

Por fim, colocou uma dúvida relativamente aos destinatários do programa, designadamente se as pessoas que se podem candidatar são apenas aquelas que constam do levantamento do LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, ou se, mesmo não constando desse levantamento, poderão candidatar-se desde que reúnam as condições previstas no regulamento. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu as questões e referiu que, relativamente a regulamentos ou programas, se procuraria instituir como boa prática a realização de algum tipo de consulta prévia. Salientou que o Vereador Nuno Dias demonstra uma preocupação constante com essa matéria. Acrescentou, que haverá sempre oportunidade para a apresentação de contributos ou colaboração, nomeadamente no âmbito da Comissão, que se encontra em acompanhamento contínuo desses processos. -----

- O Vereador Nuno Ricardo Conceição Dias, referiu que o documento não tinha sido previamente apresentado devido a uma questão de urgência. Explicou que existia a necessidade de aprovar o regulamento com celeridade, tendo em vista a possibilidade de executar cerca de um milhão e tal de euros até ao final do ano, o que justificava a intenção de colocar o programa no terreno o mais rapidamente possível. -----

Ainda assim, assegurou que não ficava prejudicada a possibilidade de vir a ser feita uma apresentação na Comissão de Ambiente, Energia e Mobilidade, com vista a um melhor esclarecimento. -----

Esclareceu igualmente, que o âmbito do programa não se limitava estritamente ao levantamento efetuado pelo LNEC, embora esse levantamento fosse fundamental e tivesse servido de base, indicou que poderiam ser abrangidas outras situações, desde que cumprissem os requisitos definidos no regulamento e se enquadrassem no respetivo âmbito de aplicação. -----

Por fim, mencionou que os critérios estavam relacionados com construções anteriores a 2005, ainda que tenha assinalado que essa data poderia carecer de confirmação. -----

- O Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Jorge Colaço Leão, agradeceu e manifestou uma palavra de apreço pela disponibilidade e empenho dos trabalhadores da Câmara Municipal envolvidos no processo, destacando que tinha sido criado um

grupo de trabalho responsável pela análise de todas as candidaturas. Sublinhou que esse trabalho não estava a ser realizado com recurso a serviços externos, mas sim exclusivamente por funcionários da própria Câmara. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, transmitiu os agradecimentos extensivos também da Assembleia Municipal e passou à votação do regulamento. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 42 PRESENCAS.** --

- A Presidente da Assembleia Municipal, propôs que se prosseguisse com os trabalhos, colocando à consideração de se juntar à discussão os pontos cinco e seis, tendo em conta que ambos diziam respeito a contratos de cooperação interadministrativa para trabalhos de reparação e manutenção de interiores, respetivamente nas esquadras de Sacavém e de Camarate. -----

Não havendo oposição por parte dos presentes, a discussão seria feita em conjunto, dado que o âmbito das intervenções e da contratação era semelhante. -----

Declarou aberto o período de discussão relativamente aos pontos cinco e seis. -----

----- PONTO CINCO -----

Proposta n.º 227/2026 - Ratificação da aprovação do contrato de cooperação interadministrativo, celebrado entre o Município de Loures, a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna e a Polícia de Segurança Pública, para realização de trabalhos de reparação/manutenção de interiores à infraestrutura adstrita à 39ª Esquadra (Sacavém) do Comando Metropolitano de Lisboa (Deliberação ao abrigo do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. -----

- Sobre o assunto intervieram: -----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), referiu tratar-se de mais duas situações semelhantes ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, ainda que, relativamente a essas esquadras, existisse uma particularidade relevante. Informou que, por diversas ocasiões e por mais do que um partido político, tinham sido apresentadas propostas na Assembleia da República, em sede de Orçamento do Estado, para incluir a reabilitação dessas esquadras. -----

Para espanto, o PSD votou contra essas propostas e o PS absteve-se, o que significou que não houve convergência, nem articulação, para garantir que a Administração Interna cumprisse as suas responsabilidades, situação que se arrastava há vários anos.- Acrescentou que, meses depois, surgiu disponibilidade financeira para essas intervenções, recorrendo exatamente ao mesmo modelo: a transferência de verbas, ficando a Câmara responsável pelos custos indiretos associados, nomeadamente ao nível dos recursos humanos. -----

Relativamente a esses dois pontos, afirmou que a CDU votaria favoravelmente, sublinhando que, em coerência com a sua postura política, não instrumentaliza os problemas das populações. Apesar de não existir concordância total com o modelo adotado, sendo essa a principal crítica apresentada, defendeu o voto favorável por se considerar que as intervenções são necessárias. -----

Estabeleceu uma comparação com outras forças políticas, defendendo que a CDU não adota uma postura de “política de terra queimada”, nem chumba propostas para, mais tarde, apresentar soluções idênticas quando se encontra em posição diferente no executivo. Sublinhou que esta atitude refletia coerência política, ao privilegiar o interesse das populações acima das divergências quanto ao modelo. Reconheceu que a crítica faz parte do processo político, tanto na sua formulação como na sua receção, mas reiterou que isso não invalida a importância das intervenções em causa. -----

Por fim, concluiu que, em última análise, todas as forças políticas partilham o objetivo de servir o interesse das pessoas, sendo esse o princípio orientador da posição assumida.-----

- João António Leal Cruz Franco (PS), disse que os socialistas não instrumentalizam. Os socialistas na gestão da Câmara resolvem e com os socialistas, Loures progride. -----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), recordou que, anteriormente, foi afirmado que seria interessante que o município se juntasse à população na reivindicação das obras, dando o exemplo de andarem com bandeirinhas na mão. No entanto, questionou esse entendimento, interpretando que, nessa perspetiva, o mais relevante não seria encontrar soluções, mas antes ver o município associado a iniciativas de reivindicação, lado a lado com comissões de utentes, cuja composição e funcionamento foram também alvo de crítica.-----

Defendeu que o essencial não é acompanhar a população numa lógica simbólica ou de protesto, mas sim que o município assuma um papel ativo na resolução concreta dos problemas, atuando como parceiro efetivo da população na concretização das obras necessárias.-----

Nesse contexto, foi estabelecida uma relação com o que aconteceu no caso do Centro de Saúde de Santa Iria de Azóia, referindo que, durante um período de governação da CDU, o município teria tido a oportunidade de viabilizar o projeto com um investimento relativamente reduzido, cerca de trezentos mil euros, distribuídos por dois anos, opção que não terá sido concretizada, conduzindo a um atraso significativo de cerca de dez anos para a população. -----

Disse considerar inadequado privilegiar uma postura de reivindicação como andar de bandeirinhas no ar, em detrimento da ação, defendendo que o município deve posicionar-se do lado da solução, assumindo diretamente as suas responsabilidades na resposta às necessidades da população. Concluiu dizendo que é esse o caminho que deve orientar a atuação municipal. -----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), afirmou que teria sido mais relevante ver o PSD, quando teve responsabilidades no Governo, assumir diretamente a realização daquelas obras. Considerou que isso sim teria sido positivo para a população, com a utilização dos seus próprios recursos humanos e o pleno exercício das suas competências. -----

Manifestou estranheza pelo facto do eleito ter acusado outros de fazerem “política de bandeirinhas”, questionando se tal significaria um incómodo para o Partido Social Democrata face à participação e intervenção popular. Sublinhou que a participação das pessoas não se esgota no ato eleitoral, existindo diversas formas de envolvimento cívico, independentemente de isso causar desconforto. Reiterou que o mais interessante teria sido ver o partido assumir responsabilidades governativas nessa matéria, referindo ainda a ausência de qualquer referência ao facto de ter votado contra, por mais do que uma vez, em sede de Orçamento do Estado, propostas relativas às obras nas esquadras do concelho. Destacou que, sobre esse ponto, não tinha sido apresentada qualquer explicação. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal: passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos. -----

- O Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Jorge Colaço Leão, disse compreender parte da intervenção da deputada municipal Tânia Mateus e recordou que já tinha abordado esse tema numa reunião de Câmara, quando o assunto fora discutido, reiterando agora o que então afirmara. -----

Disse que o poder central, não apenas o atual Governo, mas vários governos anteriores, tinha tratado mal as suas próprias instituições. Considerou que a prova disso era precisamente o conjunto de intervenções que o município se via obrigado a assumir.

Sublinhou que era evidente que as obras deveriam ser realizadas pelo poder central, algo que classificou como óbvio, notório e claro.-----

Afirmou que exercia o cargo de Presidente da Câmara de forma ativa, procurando sempre fazer parte da solução. Explicou que não lhe parecia aceitável continuar a assistir às condições indignas em que funcionavam as esquadras de Camarate e de Sacavém, entre outras. Recordou que se tratava de agentes de autoridade que zelavam pela segurança da população e que, por isso, não podia ser insensível à situação.-----

Informou que já tinha disponibilizado o município para financiar metade da nova esquadra da Divisão Policial de Loures, porque considerava indignas as condições das atuais instalações. Disse que, caso o Governo aceitasse, o município cumpriria a sua parte. -----

Informou ainda que, relativamente às esquadras de Camarate e Sacavém, tinha reunido com a Diretora Nacional Adjunta da PSP e com o Secretário de Estado Telmo Correia, ocasião em que o município voltou a manifestar disponibilidade para ser parceiro na solução.-----

No caso concreto do Tribunal de Loures, explicou que a obra seria financiada pelo poder central. A diferença, era que o município tinha de decidir se dizia “sim” ou “não”, sabendo que, caso recusasse, quem sofreria seriam as pessoas que necessitavam de utilizar as esquadras de Sacavém e Camarate, bem como os agentes da PSP que ali trabalhavam diariamente em prol da segurança de todos. Afirmou que, por essa razão, considerava que o município de Loures tinha agido bem. Acrescentou que o exemplo daquela intervenção seria replicado noutras áreas, reiterando que o executivo municipal não fazia “politiquice” com a vida das pessoas.-----

- Armando Manuel Pedroso Militão (PPD/PSD), afirmou que o PPD/PSD de Loures fará tudo o que estiver ao seu alcance para que o Governo cumpra as suas obrigações, tendo em conta a disponibilidade manifestada pelo município para colaborar na concretização dessas importantes obras. -----

Dirigindo-se à senhora deputada municipal Tânia Mateus, acrescentou que a declaração ficava registada, sugerindo que pudesse tomar nota do dia e hora em que foi proferida.

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação do ponto cinco. -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 42 PRESENÇAS. --

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), informou que entregariam uma declaração de voto por escrito alusiva aos pontos um, cinco e seis, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 11)-----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), informou que entregariam uma declaração de voto por escrito alusiva aos pontos cinco e seis, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 17) -

- Pelo grupo municipal do PS foi entregue uma declaração de voto por escrito alusiva aos pontos cinco e seis, a qual fica igualmente apensa à presente ata. (Doc. 18) -----

----- PONTO SEIS -----

Proposta n.º 228/2026 - Ratificação da aprovação do contrato de cooperação interadministrativo, celebrado entre o Município de Loures, a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna e a Polícia de Segurança Pública, para realização de trabalhos de reparação/manutenção de interiores à infraestrutura adstrita à 78ª Esquadra (Camarate) do Comando Metropolitano de Lisboa. (Deliberação ao abrigo do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. -----

- APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 42 PRESENCAS. --

- A Presidente da Assembleia Municipal, comunicou que estavam a ser apresentadas declarações de voto conjuntas relativas aos pontos que tinham correlação com intervenções na área da administração interna e também na área da justiça. No caso do Partido Socialista, as declarações de voto abrangeriam igualmente as três áreas mencionadas. Perguntou ainda se existia mais alguma declaração de voto a apresentar.

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), informou que entregariam uma declaração de voto por escrito alusiva aos pontos um, cinco e seis, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 11)-----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), informou que entregariam uma declaração de voto por escrito alusiva aos pontos cinco e seis, a qual fica apensa à presente ata. (Doc. 17) -

- Pelo grupo municipal do PS foi entregue uma declaração de voto por escrito alusiva aos pontos cinco e seis, a qual fica igualmente apensa à presente ata. (Doc. 18) -----

----- PONTO SETE -----

Proposta n.º 262/2026 – Aprovação da minuta de acordo de colaboração, a celebrar entre o Município de Loures e o Município de Odivelas, referente à organização

conjunta do evento intermunicipal de atletismo de estrada “Meia Maratona”
(Deliberação ao abrigo do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. -----

- Não se tendo verificado intervenções sobre o assunto, passou-se à votação. -----

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 42 PRESENCAS.** --

--- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminada a reunião, passando a palavra ao Primeiro Secretário, para leitura da minuta da ata.-----

--- O Primeiro Secretário, Aquilino José Marques Ventura, leu a minuta da ata, a qual foi aprovada por votação nominal e por unanimidade (42 presenças), ficando a mesma arquivada na pasta dos documentos da presente reunião. -----

--- Nesta reunião estiveram presentes por parte do Executivo Municipal, o Presidente, Ricardo Jorge Colaço Leão, a Vice-Presidente Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, os Vereadores, Nuno Ricardo Conceição Dias, Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, Patrícia Isabel Morgado de Almeida, André Filipe Reis Antunes, António Manuel Lopes Marcelino, Nelson José Morais dos Santos, João Manuel da Silva Costa e João Paulo Melo Simões. -----

--- Eram vinte e duas horas e cinquenta minutos, quando a Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a reunião. -----

--- A ATA FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 40 PRESENCAS, SENDO QUE 8 REPRESENTANTES NÃO ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO A QUE RESPEITA A PRESENTE ATA E NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. A ATA FOI APROVADA NA REUNIÃO DE VINTE E QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS, COM DISPENSA DE LEITURA, DADO TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA POR TODOS OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

A ATA É ASSINADA PELO 1.º SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, AQUILINO JOSÉ MARQUES VENTURA, -----

E PELA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SUSANA DE FÁTIMA CARVALHO AMADOR,

Aprovado por
unanimidade
(36 presenças)



2ª Sessão Ordinária
30.04.2026

VOTO DE PESAR

①

Faleceu José Santa-Bárbara, artista plástico e designer.

Nascido em 1936, nas Caldas da Rainha, frequentou o ensino artístico na Escola António Arroio e na Escola Superior de Belas Artes, em Lisboa.

A sua actividade nas artes visuais foi relevante e extensa: na escultura, com várias obras públicas, com destaque para:

- o monumento ao levantamento militar das Caldas da Rainha;
- na pintura, em que se destacam os seus quadros sobre o Memorial do Convento, além da participação em diversas exposições nacionais e internacionais;
- na medalhística;
- no design industrial, em que dirigiu durante mais de trinta anos o departamento de design na CP, tendo sido o autor do seu logotipo, sendo de referir o design de locomotivas automotoras, distinguidas com o Prémio Nacional de Design e o European Community Prize, além das várias intervenções plásticas nas estações de Entrecampos e Santa Apolónia, do Metropolitano de Lisboa, bem como nas estações ferroviárias do Pragal, Entrecampos (fachada sul) e Rossio.

Como ilustrador e designer gráfico há que referir as muitas capas de discos de José Afonso, bem como de outros destacados músicos.

Militante do PCP desde jovem, participou no MUD Juvenil e na VII Exposição Geral de Artes Plásticas, organizada pela Sociedade Nacional de Belas Artes, importantes espaços e momentos de resistência ao fascismo.

Participou desde sempre nas Bienais de Artes Plásticas da Festa do Avante! e na exposição 100 anos, 100 artistas, comemorativa do Centenário do PCP.

Durante a sua vida, o seu intenso e diversificado trabalho nas artes visuais foi sempre consonante com o seu empenho nas actividades do seu Partido de sempre o PCP.

Portugal perde um dos seus maiores artistas.

A Assembleia Municipal de Loures reunida a 30 de abril de 2026 expressa o seu voto de pesar à família de José Santa-Barbara e ao PCP, seu partido de sempre.

Os eleitos da CDU

Aprovado por *Taíria*
24F - B, C, D, E, F, G, H
E A - PSD
B C - CH

[Handwritten signature]

2ª sessão ordinária
30.04.2026



⑤

[Handwritten signature]

Voto de Saudação pelo 52.º aniversário da Revolução do 25 de abril de 1974

A Revolução do 25 de Abril de 1974 constitui o momento mais importante e transformador da história contemporânea de Portugal. Ao pôr fim a quase meio século de ditadura fascista, abriu-se um tempo novo de liberdade, democracia e participação cívica, devolvendo ao povo português a palavra, a esperança e a capacidade de construir coletivamente o seu futuro.

O 25 de Abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente e que lança sempre novas sementes para o nosso futuro. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram iniciar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

O 25 de Abril representou uma rutura profunda com um regime marcado pela repressão, pela censura, pela guerra colonial e pela negação de direitos. A Revolução dos Cravos inaugurou um processo de mobilização popular amplo e plural, que esteve na origem de conquistas democráticas, sociais e culturais, consagradas na Constituição da República Portuguesa e reconhecidas como património comum da sociedade portuguesa.

Entre essas conquistas destacam-se a escola pública, universal e inclusiva, que alargou oportunidades e promoveu a igualdade; o Serviço Nacional de Saúde, garantia fundamental do direito à proteção da saúde; e o poder local democrático, que aproximou as decisões das populações e fortaleceu a democracia de proximidade. Estas realizações, nascidas do impulso transformador de Abril, continuam a ser pilares essenciais de uma sociedade mais justa, solidária e livre.

Passados 52 anos, as promessas do 25 de Abril mantêm-se atuais. Num tempo de desafios sociais, económicos e políticos, a memória e o legado da Revolução dos Cravos continuam a inspirar a defesa dos direitos cívicos, sociais e políticos, afirmando a Democracia como um processo vivo, participado e em permanente construção.

As comemorações do 52.º aniversário do 25 de Abril foram este ano marcadas por uma enorme mobilização popular, com milhares de pessoas a saírem à rua para celebrar a Liberdade, a Democracia e os valores de Abril. Essa participação viva, plural e intergeracional mostrou que o 25 de Abril continua vivo não apenas como memória, mas como compromisso com o presente e com o futuro.

Assim, a Assembleia Municipal de Loures, reunida na 2.ª Sessão Ordinária a 30 de abril de 2026, delibera:

1. Saudar o 52.º aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974, momento fundador da Democracia portuguesa e das liberdades fundamentais;

8



2. Reafirmar a importância das conquistas de Abril, nomeadamente da escola pública, do Serviço Nacional de Saúde e do poder local democrático, enquanto pilares essenciais de uma sociedade mais justa, solidária e livre;
3. Saudar todas as pessoas que, no 25 de Abril deste ano, saíram à rua para celebrar a liberdade, a democracia e os valores da Revolução dos Cravos.

Lisboa, 29 de abril de 2026

A deputada municipal
Rita Sarrico

SAUDAÇÃO**Nos 52 anos da Revolução de Abril comemorar os 52 anos do primeiro 1º Maio em Liberdade**

O 25 de Abril foi uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português. A revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato, não imprimisse em todos os aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

O 25 de Abril de 2026, cinquenta e dois anos depois, foi por todo o país, com particular destaque para a Avenida da Liberdade, um mar feito de gente, jovens, mulheres e homens que se constituíram numa expressão viva reveladora do quanto este Povo recusa o fascismo e o retrocesso nas suas conquistas. Gente de várias gerações que ama o 25 de Abril, os seus ideais e se dispõe a defendê-lo e a afirmá-lo!

Celebrar Abril é afirmar o processo libertador da Revolução de Abril com profundas transformações na sociedade portuguesa e evidenciar o que foi o fascismo combatendo o seu branqueamento, rejeitando as falsificações históricas. Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela liberdade e democracia, uma intensa luta dos trabalhadores, da juventude, do povo.

Seis dias após a manhã da liberdade de Abril de 1974, o povo português comemorou o mais entusiástico 1.º de Maio da nossa história. Era a alegria incontida de um povo que enterrava 48 anos de terror, de miséria, de obscurantismo. Era a consagração popular do 25 de Abril na luta dos trabalhadores.

Desde então o movimento operário e sindical reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade.

Lançou pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias. Desde então as lutas dos trabalhadores têm contribuído decisivamente para significativas conquistas nas relações de trabalho, a construção de um valioso património civilizacional e um quadro de referências que dá dimensão democrática à sociedade.

De realçar a importância de que se reveste a organização do movimento sindical. Organizado, local, nacional e internacionalmente, interage na defesa de um objetivo comum: a defesa da dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores.

A dinamização do sector produtivo, o emprego de qualidade, os salários justos e uma melhor distribuição da riqueza, o combate ao pacote laboral e ao que ele comporta, a luta contra a precariedade, o acesso dos jovens ao trabalho digno, o direito ao horário de trabalho e às 35 horas para todos, a habitação, educação, saúde, bem como a igualdade de acesso aos bens sociais, são exemplos da atualidade das lutas sindicais.

Aos antifascistas, aos democratas impõe-se nos dias de hoje, a sua mobilização e envolvimento na justa luta por uma vida melhor, contra o empobrecimento, contra o pacote laboral e o retrocesso civilizacional que comporta, pela plena concretização dos valores e das expectativas de Abril.

Portugal tem futuro dando prioridade aos que produzem a riqueza: os trabalhadores!

Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Loures, na sua Sessão Ordinária, de 30 de Abril de 2026, delibere:

Saudar as comemorações do 1º de Maio e apelar à mobilização dos trabalhadores, dos jovens e das populações para participarem nas comemorações e manifestações do 1º de Maio que se realizam por todo o país promovidas pelos sindicatos, reafirmando a sua rejeição do pacote laboral e afirmando a exigência de salários dignos.

Remeter a presente moção para o Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – CGTP e União Geral dos Trabalhadores - UGT

Loures, 30 de Abril de 2026

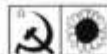
Os Eleitos da CDU



Aprovado por N.ªção
2BF-PS, CDU, BE
1A-IL
14C-CH, PSD

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

2.ª sessão ordinária
30.04.2026



Sgt
4

SAUDAÇÃO

50 Anos da Constituição da República Portuguesa e das Primeiras Eleições Autárquicas Democráticas (1976-2026)

A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976, e as primeiras eleições autárquicas, realizadas a 12 de Dezembro de 1976, constituem dois momentos determinantes na consolidação da democracia portuguesa, profundamente ligados ao processo libertador iniciado com a Revolução de Abril de 1974.

A Constituição da República Portuguesa consagra Portugal como um Estado de Direito democrático, baseado na dignidade da pessoa humana e na vontade popular, comprometido com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Resultado da luta dos trabalhadores e do povo português, traduz no plano jurídico e institucional as aspirações de liberdade, democracia, justiça social, paz e soberania nacional que marcaram o processo revolucionário.

A Constituição consagra um vasto conjunto de direitos, liberdades e garantias, assim como direitos económicos, sociais e culturais fundamentais, assegurando o direito ao trabalho com direitos, à saúde, à educação, à habitação, à cultura, à segurança social, ao ambiente e à participação democrática.

A Constituição representou uma rutura histórica e irreversível na condição das mulheres portuguesas. Varreu um edifício de discriminação e subserviência e consagrou a igualdade plena entre mulheres e homens perante a lei e em todos os domínios da vida. Trouxe o direito ao sufrágio universal, o que para as mulheres foi também uma rutura com o passado. Abril devolveu às mulheres a sua dignidade e cidadania plenas permanecendo como um dos legados mais profundos e duradouros.

No mesmo ano, a realização das primeiras eleições autárquicas (realizadas nos 304 municípios e 4034 freguesias então existentes) representou uma das mais profundas conquistas de Abril: na eleição democrática dos titulares dos órgãos, o nascimento do Poder Local Democrático, constitucionalmente consagrado, plural e participado, dotado de autonomia administrativa e financeira e instrumento essencial de proximidade às populações.

Ao longo de cinco décadas, o Poder Local Democrático foi decisivo na transformação do País e na melhoria das condições de vida das populações, através da criação de infraestruturas, equipamentos coletivos, redes básicas de saneamento, abastecimento de água, transportes, escolas, espaços verdes e serviços essenciais. Em muitos territórios, havia praticamente tudo por fazer, e foram as autarquias locais, com os seus eleitos e com a participação das populações, que responderam a necessidades fundamentais. Contudo, também o Poder Local Democrático tem sido alvo de sucessivos ataques à sua autonomia e capacidade de intervenção, seja através do subfinanciamento, de alterações ao regime jurídico e financeiro das autarquias, da transferência de encargos sem os correspondentes meios, do adiamento da regionalização prevista na Constituição ou de processos de extinção e fusão de freguesias contra a vontade das populações.

Assinalar os 50 anos da Constituição e do Poder Local Democrático é reafirmar a importância do projeto democrático e social de Abril, valorizar o papel das autarquias locais e reforçar o compromisso com a participação popular e com o desenvolvimento equilibrado do território.

Num tempo em que se intensificam ataques ao regime democrático e se procuram impor retrocessos nos direitos sociais e laborais, esta comemoração assume ainda maior importância como afirmação dos valores democráticos e como exigência de cumprimento da Constituição.

Assim, a CDU propõe que a Assembleia Municipal de Loures, reunida a 30 de Abril de 2026, delibere:

1. Saudar o 52.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974;
2. Saudar o 50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa e o 50.º aniversário das primeiras eleições autárquicas democráticas, realizadas em 12 de Dezembro de 1976;
3. Saudar o Poder Local Democrático como uma das mais relevantes conquistas de Abril, pilar essencial do Estado de Direito democrático e instrumento insubstituível de participação cívica e de promoção do desenvolvimento local;
4. Saudar a Constituição da República Portuguesa enquanto garante supremo dos direitos, liberdades e garantias e expressão maior da soberania popular.

A ser aprovada esta Saudação deve ser enviada ao Exmo senhor Presidente da República, Exmo Senhor Presidente da Assembleia da República, Grupos parlamentares, às Assembleias de Freguesia do concelho de Loures, à ANMP e à ANAFRE

Loures, 30 de Abril

Os eleitos da CDU



PS

Aprovado por Assembleia
28F- PS, Qu, BE, IL
GA- PSD
EC- CH

2ª sessão ordinária
30.04.2026

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

Saudação

Constituição da República – Poder Local Democrático – 1º de Maio

Considerando:

Que se comemoram este ano dois factos históricos de grande importância na construção da democracia portuguesa;

Que a votação e subsequente entrada em vigor da Constituição da República e a realização das primeiras eleições autárquicas, há 50 anos, constituíram o fechar da construção do edifício democrático português;

Que a comemoração do 1º de maio coincide este ano com uma das maiores lutas dos trabalhadores portugueses pelo equilíbrio, segurança e dignificação das relações laborais, num momento em que muitos trabalhadores e as suas famílias atravessam sérias dificuldades face ao enorme aumento do custo de vida;

Que em Portugal, o Dia Internacional do Trabalhador só pôde ser comemorado livremente, após o 25 de abril de 1974;

Que o 1º de Maio, não pode ser apenas uma evocação do passado, mas sim um momento de afirmação e defesa dos direitos conquistados e de exigir respostas e soluções para os problemas que persistem e que se agudizam.

A Assembleia Municipal de Loures saúda a participação das mulheres e dos homens que tornaram o poder local democrático um fator de progresso que transformou e enriqueceu Portugal dotando-o de saneamento público, redes de água potável, com a erradicação de barracas, com a construção de centros de saúde, de postos de força de segurança.

A Assembleia Municipal de Loures manifesta o desejo de que qualquer revisão a acontecer mantenha o texto constitucional vigente como um dos mais progressivos da Europa, tal como em 1976, data da sua aprovação.



A Assembleia Municipal de Loures saúda as centrais sindicais que representam os trabalhadores portugueses saudando, ainda, as manifestações que se realizarão por todo o País no próximo 1º de Maio.

Os Eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures têm a honra de propor que Assembleia Municipal, reunida a 30 de abril de 2026 delibere:

- 1 – Saudar o 1º de Maio, dia Internacional do Trabalhador;
- 2 – Saudar todos os trabalhadores e trabalhadoras, manifestando solidariedade com a sua luta, por melhores condições de trabalho e vida digna e com direitos.

A presente Saudação depois de aprovada deverá ser enviada:

- À Câmara Municipal de Loures;
- Às Juntas de freguesia e Assembleias de freguesia do Concelho de Loures;
- União Geral de Trabalhadores (UGT);
- À Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN);
- A todos os trabalhadores do Município de Loures.

Loures, 30 de abril de 2026

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures



Aprovado por
unanimidade
(42 presenças)

2ª sessão ordinária
30.04.2026

Sgt,
J

6

SAUDAÇÃO
Parabéns Catujalense

Os deputados do Partido Socialista felicitam a Sociedade Recreativa Catujalense pela elevação à 2ª divisão, após a vitória por 3-1 com o Grupo Desportivo Águias de Camarate.

Este feito representa muito mais do que um sucesso desportivo. É o reflexo do empenho, da dedicação e do espírito de união de atletas, equipa técnica, dirigentes e de toda a comunidade que acompanha e apoia o clube.

O Catujalense é um exemplo vivo de como o desporto pode ser um motor de coesão social, identidade local e orgulho coletivo.

Num tempo em que é fundamental valorizar o trabalho das instituições que promovem hábitos saudáveis, inclusão e formação cívica, importa reconhecer publicamente este marco histórico, que dignifica não só o clube como o Concelho de Loures e o seu Município que tanto apoia o desporto e as suas coletividades, e reforçou o apoio este ano através de contratos programa, cedência de instalações e organização de atividades desportivas.

Assim, os Deputados Municipais do Partido Socialista, no contexto da 2ª reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Loures, propõem a aprovação desta saudação e o seu envio a:

Sociedade Recreativa Catujalense
Câmara Municipal Loures
Assembleias e Juntas de Freguesia do Município de Loures
Associação de Futebol de Lisboa

Loures, 30 de abril de 2026

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Gabinete Deputados PSD



DECLARAÇÃO DE VOTO

O 25 de Abril de 1974 é o momento fundador da democracia portuguesa e um património comum de todos os portugueses, não pertence a nenhuma força política, nem pode ser instrumentalizado para afirmar uma visão ideológica única sobre o país conforme o BE preconiza neste seu documento.

O documento em apreciação ultrapassa esse espírito de unidade e revela uma leitura parcial e politicamente orientada do legado de abril, procurando associar conquistas estruturantes do Estado democrático a uma narrativa exclusiva, ignorando o contributo decisivo de diferentes forças políticas, incluindo aquelas que, ao longo de décadas, garantiram estabilidade, desenvolvimento e consolidação democrática.

Mais do que um momento de convergência institucional, este voto de saudação transforma-se num exercício de afirmação ideológica, o que não acompanhamos. Celebrar abril exige respeito pelo pluralismo, pela diversidade de opiniões e pela história democrática construída por todos.

O PSD não abdica de afirmar uma visão equilibrada, responsável e plural da democracia portuguesa.

Por isso, com respeito pela data e pelo seu significado, mas em desacordo com o conteúdo e o enquadramento político do documento, os eleitos do PSD optaram pela abstenção.

P/

Os eleitos do Partido Social Democrata



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Gabinete Deputados PSD

8

DECLARAÇÃO DE VOTO

O que hoje aqui nos é apresentado não é uma saudação ao 1.º de Maio, é um manifesto político-partidário, carregado de propaganda ideológica, que tenta transformar esta Assembleia num prolongamento de agendas sindicais e partidárias.

Este documento não procura unir, procura dividir. Não celebra uma data que é de todos, tenta capturá-la para uma visão única, datada e profundamente ideológica da sociedade portuguesa. Ao longo do texto, encontramos um discurso repetitivo, ancorado em chavões e numa narrativa de confronto permanente, que ignora deliberadamente a evolução do país, da economia e do próprio mundo do trabalho.

Mais inaceitável ainda é o facto de se apelar explicitamente à mobilização política e sindical e de se tomar posição sobre matérias concretas de política laboral. Isto não é o papel de uma Assembleia Municipal. Isto é ativismo político travestido de saudação institucional.

O 1.º de Maio não pertence à CDU, nem a nenhuma força política. Pertence aos trabalhadores, todos, independentemente da sua visão ideológica. E merece ser assinalado com respeito, equilíbrio e sentido de responsabilidade, não como instrumento de combate político.

O PSD não se revê neste discurso fechado, radical e desligado da realidade. Defendemos uma valorização do trabalho que se faça com crescimento económico, criação de emprego, valorização salarial sustentável e diálogo social, não com slogans e confronto permanente.

Por tudo isto, os eleitos do PSD votaram contra a aprovação deste voto de saudação.

Pl

Os eleitos do Partido Social Democrata



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Gabinete Deputados PSD

9

DECLARAÇÃO DE VOTO

A presente saudação sobre os *"50 Anos da Constituição da República Portuguesa e das Primeiras Eleições Autárquicas Democráticas (1976-2026)"* assinala momentos estruturantes da nossa democracia, designadamente os 50 anos da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições autárquicas, marcos que merecem o reconhecimento de todos os democratas.

Contudo, o documento apresentado revela uma leitura excessivamente unilateral e ideologicamente marcada da história recente do país, apropriando-se de um património coletivo, como o 25 de Abril e a Constituição, como se este fosse pertença de uma só corrente política. A democracia portuguesa construiu-se no pluralismo, no contributo de diferentes forças políticas e no respeito pela alternância democrática, valores que não se encontram devidamente refletidos nesta proposta.

Por outro lado, a saudação insiste numa narrativa de permanente "ataque" ao Poder Local e aos direitos sociais, sem o necessário equilíbrio ou reconhecimento dos avanços alcançados ao longo de décadas de governação democrática, incluindo reformas essenciais que garantiram sustentabilidade financeira, eficiência e maior proximidade aos cidadãos.

Regista-se ainda a ausência de uma visão atualizada dos desafios que hoje se colocam ao Poder Local e ao País, nomeadamente ao nível da gestão eficiente de recursos, da coesão territorial e da necessidade de modernização administrativa.

Assim, embora reconhecendo a importância dos marcos históricos assinalados, não podemos acompanhar a visão parcial e politicamente condicionada expressa neste documento.

Como consequência do exposto, os eleitos do PSD votaram contra.

Os eleitos do Partido Social Democrata

Ponto 1

Declaração de Voto — CDU Reabilitação do Palácio da Justiça de Loures

A CDU votou favoravelmente esta proposta, mas fê-lo com reservas que não podemos deixar de registar.

A reabilitação do Palácio da Justiça é necessária e urgente. Não nos opomos à obra — opomo-nos ao modelo que a enquadra.

O Palácio da Justiça é propriedade do Estado. A sua conservação e gestão são, inequivocamente, responsabilidade da Administração Central. O que está em causa nesta proposta é um contrato interadministrativo pelo qual o município recebe verba com vista à execução, fiscalização e coordenação de uma obra que não lhe pertence; lança concursos, gere contratos, acompanha a obra, lida com imprevistos. Tudo isto tem um custo real, ainda que invisível no papel — o custo dos técnicos municipais. Engenheiros, juristas, pessoal administrativo das equipas municipais, já hoje sobrecarregadas, vão dedicar tempo e energia a mais uma responsabilidade e competência do Estado, a somar aos centros de saúde, às estradas e a outros encargos que o poder central sistematicamente descentraliza sem compensação adequada.

Esta não é uma questão menor. Os meios municipais não são infinitos. Cada hora técnica gasta numa obra do Ministério da Justiça é uma hora que não é gasta nas responsabilidades próprias do município.

Importa também dizer o que está por detrás desta solução. Há aqui uma conveniência política de dois lados: um Governo PSD que não quer assumir os custos directos de uma obra do Estado, e um executivo PS que não quer perder a visibilidade de a desbloqueado. A câmara aparece como quem resolveu o problema — mesmo que o problema nunca fosse seu para resolver.

Votámos favoravelmente porque a obra é necessária e os munícipes não podem ser penalizados, mas ficará registado que este modelo é errado, que tem custos reais e que a CDU não abdica de os denunciar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Gabinete Deputados PSD

11

DECLARAÇÃO DE VOTO (Pontos 1, 5 e 6)

Os eleitos do PSD votaram favoravelmente os Pontos 1, 5 e 6 da Ordem de Trabalhos, correspondentes às Propostas n.º 156/2026, 227/2026 e 228/2026, enaltecendo a celebração dos respetivos contratos de cooperação e delegação de competências.

Estes instrumentos representam um exemplo positivo de articulação entre a administração central e o poder local, permitindo concretizar investimentos relevantes para o concelho de Loures, com impacto direto na qualidade dos serviços públicos e na vida das populações.

Destacamos, em particular, a reabilitação do Palácio da Justiça de Loures, bem como as intervenções em infraestruturas da PSP, que reforçam áreas fundamentais do Estado, a justiça e a segurança, contribuindo para melhores condições de funcionamento, maior dignidade dos serviços e maior confiança dos cidadãos.

Importa igualmente sublinhar que estes contratos asseguram um enquadramento financeiro responsável, com mecanismos de ressarcimento que salvaguardam o interesse municipal, ao mesmo tempo que permitem acelerar investimentos há muito necessários.

Trata-se, portanto, de três iniciativas que merecem ser valorizadas, pela sua utilidade, oportunidade e impacto positivo no território.

✓

Os eleitos do Partido Social Democrata



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Gabinete Deputados PSD

12

DECLARAÇÃO DE VOTO

PONTO 2

Quero deixar aqui, em nome do PSD, uma palavra sobre este documento orçamental e sobre aquilo que ele representa, não apenas em números, mas no que diz sobre a capacidade de governar com responsabilidade.

É com convicção que votamos favoravelmente esta proposta. Quatro anos de um acordo de governação entre o PS e o PSD deixam uma marca que não se resume a gráficos nem a tabelas. Deixam projetos, decisões tomadas a tempo, e uma relação de trabalho que soube pôr o interesse do concelho acima das diferenças partidárias.

Estas contas refletem isso.

Um crescimento de cerca de 19% na receita não acontece por acaso, é antes o resultado de uma gestão rigorosa e de escolhas feitas com seriedade. O IMT e o reforço das transferências do Estado contribuíram para este desempenho, e importa reconhecê-lo com honestidade, sem exageros.

Mas também há que ser franco naquilo que ficou aquém. A execução das transferências de capital ficou abaixo do esperado. Há empreitadas que não avançaram ao ritmo desejado, constrangimentos que atrasaram obra. Isto não pode ser varrido para debaixo do tapete mas sim reconhecido e corrigido.

Da mesma forma, o aumento das baixas médicas e das faltas justificadas entre os trabalhadores da autarquia é um sinal que merece atenção genuína. Não é um dado estatístico neutro. São pessoas, são equipas, é a capacidade de entregar serviços à população. Requer acompanhamento próximo.

Para terminar: o que se exige a quem governa não é perfeição. É coerência, sustentabilidade e a capacidade de aprender com o que correu menos bem. Esse tem sido o nosso compromisso ao longo deste ciclo e é isso que esperamos que continue a nortear a gestão deste concelho.

1/

Os eleitos do Partido Social Democrata

Ponto 2

13

Declaração de Voto – CDU

A CDU abstém-se na presente proposta, pelas razões que passamos a enunciar.

Os dados agora apresentados confirmam aquilo que a CDU afirmou, aquando da apresentação do orçamento municipal, existia margem financeira para a redução da carga fiscal, nomeadamente nos impostos diretos como o IMI e o IMT. Uma receita fiscal superior a 8 milhões de euros comprova que essa opção era possível e necessária, representando uma medida justa, sustentável e solidária para com a população do concelho de Loures, num contexto de crescentes dificuldades económicas.

No entanto, constata-se que o Município tem vindo, ano após ano, a reduzir a sua capacidade de investimento com capitais próprios, recorrendo cada vez mais ao endividamento e a empréstimos. Esta orientação fragiliza a autonomia financeira do Município e condiciona a sua capacidade de resposta às necessidades estruturais do concelho.

Particularmente grave é a situação ao nível da habitação. A crise habitacional é hoje um dos principais problemas sociais do País, marcada por preços incontroláveis e por uma clara insuficiência de oferta pública. Apesar de existirem instrumentos excecionais de apoio, nomeadamente através do PRR e de programas nacionais e europeus, o Município de Loures não soube aproveitar esta oportunidade histórica.

A estratégia municipal no domínio da habitação pública e acessível revelou-se, na prática, inexistente. Das promessas feitas em 2021, nomeadamente a construção de 850 fogos, à data de hoje, o resultado é claro: zero novas habitações municipais construídas. Também outras iniciativas anunciadas por este Executivo, como a famosa OPA, acabaram por não ter qualquer efeito concreto.

Face a este quadro, e embora se reconheçam alguns aspetos positivos pontuais na proposta, a CDU não pode concordar com as opções estratégicas adotadas, em particular no que respeita à justiça fiscal, ao investimento público e ao direito à habitação.

Assim, a opção pela abstenção traduz uma posição crítica e responsável, coerente com a defesa do interesse público, da justiça social e do desenvolvimento equilibrado do concelho de Loures.

Declaração de Voto

Proposta n.º 196/2026 – Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Loures, respeitantes ao ano económico de 2025

Os documentos relativos à prestação de contas do ano 2025 evidenciam de forma clara a solidez da gestão municipal e o compromisso com o desenvolvimento do Concelho.

Apesar do ajustamento orçamental na ordem dos 31 milhões de euros os níveis de execução atingidos são particularmente expressivos e reveladores de rigor e eficiência e registou-se uma taxa de execução da receita de 82%, a mais elevada desde 2020.

Ao nível da despesa, a taxa de execução foi de 80%, com a despesa corrente a atingir 86% e a despesa de capital 71%. Consideramos que o executivo municipal fez uma gestão equilibrada, privilegiando a eficiência e a boa aplicação dos recursos públicos, assegurando sustentabilidade sem abdicar do investimento estruturante.

Importa igualmente destacar a continuidade de uma política fiscal de alívio para as famílias e empresas. Em 2025, o município voltou a abdicar de receita em cerca de 1 milhão de euros, reafirmando uma escolha consistente de colocar o rendimento disponível nas mãos dos munícipes. Mais expressivo ainda é o impacto face às taxas máximas permitidas por lei, o que tudo somado correspondeu a abdicar de receita na ordem dos 9 milhões de euros.

As contas evidenciam uma trajetória de recuperação e consolidação que reforça a autonomia e a capacidade de investimento do município.

Destacamos o reforço muito significativo das transferências correntes para as juntas de freguesia, com um aumento, face ao ano anterior, de mais de **1 milhão e 400 mil euros**, o que constitui uma aposta política firme na descentralização, na proximidade e no reforço da capacidade de intervenção destas estruturas, que são a primeira linha de resposta das populações.

No que respeita aos bombeiros, verificámos igualmente um reforço significativo do apoio municipal. Só relativamente ao ano anterior são mais de **320 mil euros**. Este reforço e este esforço evidenciam uma prioridade clara, na área da proteção civil, da segurança, reconhecendo o papel determinante destas instituições.

Ao nível do investimento, em 2025, evidencia-se como um ano de forte dinâmica em concretização, com cerca de **59 milhões de euros executados**, traduzindo uma aposta clara e consistente na melhoria da qualidade de vida.

Não podemos deixar de recordar que as contas de 2025 encerram um mandato municipal que fez um investimento extraordinário na área da **habitação**, com a reabilitação de 1209



habitações e iniciou a construção de 282 novas casas cuja conclusão está prevista para junho de 2026. O Município de Loures apoiou 300 famílias por ano através dos Programas Municipais de Apoio à Habitação. O Programa de Apoio à Habitação Jovem duplicou o número de famílias beneficiárias. Por último, a gestão do parque habitacional municipal: a taxa de devedores desceu de 55% para 14%, e a dívida acumulada foi reduzida com a recuperação de receitas (e a inserção de 4,2M€ em cobrança coerciva).

Tudo razões que determinam o voto favorável da bancada do Partido Socialista.

Loures, 30 de abril de 2026

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES

Gabinete Deputados PSD

Ponto 3
DECLARAÇÃO DE VOTO

15

Os documentos que hoje apreciamos relativos ao SIMAR evidenciam, de forma global, uma gestão estável e financeiramente equilibrada de um serviço essencial para as populações.

Há aspetos que merecem reconhecimento: um resultado líquido positivo, a capacidade de assegurar a continuidade do serviço em contexto exigente e o investimento realizado na modernização e eficiência das infraestruturas.

Contudo, uma análise responsável não pode ignorar alguns sinais que devem merecer atenção.

Desde logo, a reduzida margem financeira, que levanta dúvidas quanto à capacidade de resposta a futuros choques, sem impacto nos munícipes.

Também a pressão crescente dos custos operacionais, que poderá traduzir-se, no médio prazo, em desafios ao nível do equilíbrio tarifário.

Por outro lado, importa reforçar a capacidade de execução do investimento, garantir maior resiliência dos sistemas face a situações críticas e melhorar de forma clara a relação e a comunicação com os cidadãos, algo que o próprio relatório reconhece como necessário.

Estamos perante uma gestão globalmente competente, mas que exige maior ambição em algumas áreas críticas.

Nesse sentido, os eleitos do PSD votaram favoravelmente este documento, reconhecendo o trabalho desenvolvido, mas deixando um alerta claro: é fundamental reforçar a sustentabilidade, a eficiência e a proximidade aos munícipes.

É essa a exigência que aqui deixamos.

Os eleitos do Partido Social Democrata



16

DECLARAÇÃO DE VOTO

Proposta Nº. 201/2026-Deliberações do Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odívetas, constantes nas Propostas nºs. 119/2026 e 120/2026, relativas ao Relatório de Gestão e aos Documentos de Prestação de Contas dos SIMAR, do ano económico de 2025.

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loures vota favoravelmente o Memorando e a Apresentação de Contas dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odívetas (SIMAR), referentes ao exercício de 2025.

Este sentido de voto decorre da avaliação globalmente positiva do desempenho do SIMAR ao longo do ano de 2025, num contexto exigente, marcado por desafios económicos, ambientais e operacionais significativos. Ainda assim, os serviços demonstraram capacidade de resposta, assegurando a continuidade e a qualidade de serviços públicos essenciais às populações de Loures e Odívetas.

A Bancada do Partido Socialista destaca:

- O reforço do investimento na reabilitação e modernização das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento;
- As medidas adotadas para a redução de perdas de água e aumento da eficiência da rede;
- A melhoria contínua dos serviços de gestão de resíduos, com enfoque na sustentabilidade ambiental e na promoção da economia circular;
- O equilíbrio financeiro evidenciado, bem como o rigor e a transparência na apresentação das contas.

Reconhecemos igualmente o empenho dos trabalhadores e da gestão do SIMAR, cujo contributo foi determinante para os resultados alcançados.

Sem prejuízo desta avaliação positiva, a Bancada do Partido Socialista considera fundamental prosseguir o caminho de investimento e inovação, reforçando a resiliência dos sistemas face às alterações climáticas, bem como continuar a apostar na eficiência operacional e na qualidade do serviço prestado aos municípios.

Face ao exposto, e tendo em conta a relevância estratégica do SIMAR para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento sustentável do território, a Bancada do Partido Socialista expressa o seu voto favorável ao Memorando e à Apresentação de Contas de 2025.

Loures, 30 de abril de 2026

Os Deputados Municipais do Partido Socialista

DECLARAÇÃO DE VOTO PONTOS 5 E 6

O PCP votou favoravelmente a celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências para beneficiação e conservação das esquadras de Sacavém e de Camarate do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP.

Fazemo-lo porque a obra é necessária e urgente. Porque há demasiado tempo que os agentes e cidadãos que dela precisam, merecem instalações dignas. Mas o voto favorável não significa concordância com o modelo. E é precisamente sobre o modelo que a CDU tem obrigação de ser clara.

Tratam-se de competências e responsabilidades da Administração Central, do Ministério da Administração Interna e que o Governo AD optou por não realizar diretamente. Não considerou prioritário.

No entanto, nos últimos anos, por mais do que uma vez, houve a oportunidade de, a partir do Orçamento de Estado, cativar verbas específicas para estas intervenções e decidiram não o fazer. O PSD e CDS votaram contra. O PS absteve-se.

O Estado não pode, justificaram. Não é prioridade, disseram. Dezasseis meses depois, afinal é possível resolver à custa do município de Loures.

À custa dos meios do município que opera, como tantos outros, com equipas já sobrecarregadas, este encargo indireto nestas obras - a somar a outras nos mesmos moldes - não é algo que se deva ignorar.

Votamos favoravelmente porque são claramente prioridades cujas intervenções pecam por tardias, mas reforçamos que o Estado não pode continuar a tratar os municípios como extensões administrativas a acionar quando lhe é útil - quando não querem ter trabalho - e a ignorar quando se trata de transferir meios reais.

A descentralização verdadeira exige recursos. O que aqui está em causa é outra coisa.



DECLARAÇÃO DE VOTO

"Propostas Nº. 227 e 228/2026- ratificação da aprovação do contrato de cooperação interadministrativa, celebrado entre o Município de Loures, a Secretaria Geral do Ministério da Administração interna e a Polícia de Segurança Pública... Sacavém e Camarate"

O grupo parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente estes dois projetos de contrato interadministrativo celebrado entre o Município de Loures, o Ministério da Administração Interna e a Polícia de Segurança Pública, tendo como objeto a realização de obras nas duas esquadras, Sacavém e Camarate, no valor de um milhão de euros, pela seguinte ordem de razões;

1.º Perante a existência de uma necessidade sentida no Concelho de Loures o Município coloca-se voluntariamente na primeira linha para a solução do problema;

2.º Mesmo que a competência para a solução do problema não seja camarária, o Município de Loures desenvolve as iniciativas necessárias para contratualizar com a administração central a solução da situação, mesmo que tal seja realizado pela Câmara Municipal de Loures.

Saudamos esta atitude proactiva na solução dos problemas que constitui um modelo original de gestão do território que esperamos, inspire a gestão de outros entes públicos locais.

Loures, 30 de abril de 2026

Os Deputados Municipais do Partido Socialista